

ANA SOFIA MATIAS RODRIGUES DA CRUZ

**VIOLÊNCIA E SUPORTE FAMILIAR, AUTO-CONCEITO E
DELINQUÊNCIA NA ADOLESCÊNCIA**

Estudo Exploratório numa Amostra de Adolescentes do Ensino
Secundário

Monografia apresentada à Universidade Fernando
Pessoa, por Ana Sofia Matias Rodrigues da Cruz,
para obtenção do grau de licenciatura em
Psicologia Social e do Trabalho, sob a orientação
do Dr. José Soares Martins.

JUNHO 2000

AGRADECIMENTOS

Importará no início destas páginas registar um agradecimento geral a todos aqueles que me acompanharam ao longo deste percurso de quatro anos de trabalho, e que em muito contribuíram para o culminar deste episódio final: amigos, colegas e docentes.

Particularmente, gostaria de expressar o meu agradecimento ao Dr. José Soares Martins, pela pertinência da orientação nesta monografia e pela riqueza dos ensinamentos proporcionados, com a certeza de que não teria sido realizada sem o seu apoio.

À Dra. Isabel Ponte, docente na Escola Secundária Filipa de Vilhena, pela disponibilidade e auxílio prestado e a todos os alunos que directamente contribuíram para a realização do estudo empírico.

À Fernanda e à Paula Gonçalves pelos conselhos e ânimo concedidos em muitos momentos difíceis ao longo da realização de todo este trabalho.

Ao Manuel e à Elisa Sapage, pela amizade e pela forma carinhosa com que me acolheram.

Da minha mãe e irmãos não poderia esquecer todo o afecto e confiança em mim depositados que me permitiram, por vezes com algum esforço, atingir os objectivos a que me propus.

Sumário Analítico

Com o presente estudo procurou-se determinar as relações existentes entre a violência e o suporte familiar, o auto-conceito e a delinquência na adolescência. Para tal foram utilizados três instrumentos: o Inventário Clínico de Auto-Conceito (ICAC), de Adriano Vaz Serra, o Questionário de Condutas Anti-Sociais de Lourdes Mirón e três sub-escalas do «Exposure to Abusive and Supportive Environments Parenting Inventory» (EASE-PI), de Karen Nicholas e Stephen Bieber. Os questionários foram aplicados a uma amostra composta por alunos do 9º, 10º, 11º e 12º anos da Escola Secundária Filipa de Vilhena. Constituem-se como palavras-chave para este estudo auto-conceito, abuso emocional, abuso físico, suporte familiar e comportamento anti-social.

Dos resultados desta investigação conclui-se a existência de correlações significativas entre os comportamentos sociais, a violência e o suporte familiar e algumas das dimensões do auto-conceito.

ÍNDICE GERAL

	Pág.
Sumário Analítico	V
ÍNDICE GERAL	1
Índice de Tabelas	4
Índice de Gráficos	5
Índice de Anexos	6
INTRODUÇÃO	7
I. DELIMITAÇÃO CONCEPTUAL DA DELINQUÊNCIA JUVENIL E MODELOS TEÓRICOS	
1. DELIMITAÇÃO CONCEPTUAL	13
1.1 A Problemática da Definição	13
1.2 O Conceito de Adolescente	15
1.3 Tipos de Delinquência	17
1.4 A Delinquência em função da Idade	19
1.5 A Delinquência em função do Género	21
2. MODELOS TEÓRICOS	22
2.1 Teorias do Control Social	23
2.1.1 O Modelo da Contenção de Reckless	23
2.1.2 A Teoria do Controlo Social de Hirschi	24
2.2 Teoria da Associação Diferencial de Sutherland	27
2.3 Teorias da Aprendizagem Social	29

2.3.1 A Teoria da Aprendizagem Social de Bandura	29
2.3.2 Teoria da Aprendizagem Social e Conduta Desviada. O Modelo de Akers	31
3. CONCLUSÃO	32

II. A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA E DO AUTO-CONCEITO COMO FACTORES EXPLICATIVOS DO COMPORTAMENTO DELINQUENTE

1. A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NO COMPORTAMENTO DELINQUENTE	36
1.1 Estrutura Familiar	37
1.1.1 Tamanho da Família	37
1.1.2 Mães que Trabalham Fora de Casa	38
1.1.3 Famílias Monoparentais	39
1.2 Funcionamento e Interação Familiar	40
1.2.1 Estratégias Disciplinares	41
1.2.2 Supervisão	42
1.2.3 Comunicação	43
1.2.4 Violência e Conflito Familiar	44
1.2.5 Suporte Familiar	49
2. O AUTO-CONCEITO E O COMPORTAMENTO DELINQUENTE	50
2.1 Definição e Características do Auto-Conceito	50
2.2 O Desenvolvimento do Auto-Conceito	53
2.3 O Auto-Conceito em função da Idade	56
2.4 O Auto-Conceito em função do Género	57
2.5 Relação entre o Auto-Conceito e a Percepção das Interações Familiares	58
2.6 Relação entre o Auto-Conceito e o Comportamento Delinvente	60

III. PRINCÍPIOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS	62
IV. ESTUDO EMPÍRICO	
1. JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO	64
1.1 Objectivos	65
1.2 Hipóteses	65
2. AMOSTRA	66
3. MEDIÇÃO DAS VARIÁVEIS	67
3.1 Questionário de Condutas Anti-Sociais	69
3.2 Inventário Clínico de Auto-Conceito	70
3.3 Exposure to Abusive and Supportive Environments Parenting Inventory	72
4. ANÁLISE ESTATÍSTICA REALIZADA	73
5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	74
5.1 Análise Descritiva	74
5.2 Análise Diferencial	82
5.3 Análise Correlacional	84
5.4 Análise de Regressão	88
6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	94
6.1 Relação Comportamentos Anti-Sociais – Violência e Suporte Familiar	94
6.2 Relação Comportamentos Anti-Sociais – Auto-Conceito	96
CONCLUSÃO	99
BIBLIOGRAFIA	101
ANEXOS	110

Índice de Tabelas

Tabela I. Distribuição da Amostra por Idade, Sexo e Ano de Escolaridade	67
Tabela II. Os Comportamentos Anti-Sociais em função do Género e da Idade	74
Tabela III. O Auto-Conceito em função do Género e da Idade	76
Tabela IV. O Suporte Familiar em função do Género e da Idade	77
Tabela V. A Violência Física em função do Género e da Idade	79
Tabela VI. A Violência Emocional em função do Género e da Idade	80
Tabela VII. Análise de Variância em função da Idade	82
Tabela VIII. Teste t de Student em função do Género	83
Tabela IX. Coeficientes de Correlação de Pearson para o Sexo Masculino	85
Tabela X. Coeficientes de Correlação de Pearson para o Sexo Feminino	87
Tabela XI. Regressão da Variável Agressão para o Sexo Masculino	89
Tabela XII. Regressão da Variável Consumo de Droga para o Sexo Masculino	89
Tabela XIII. Regressão da Variável Infracção às Normas para o Sexo Masculino	90
Tabela XIV. Regressão da Variável Roubo para o Sexo Masculino	90
Tabela XV. Regressão da Variável Vandalismo para o Sexo Masculino	91
Tabela XVI. Regressão da Variável Agressão para o Sexo Feminino	91
Tabela XVII. Regressão da Variável Consumo de Droga para o Sexo Feminino	92
Tabela XVIII. Regressão da Variável Infracção às Normas para o Sexo Feminino	92
Tabela XIX. Regressão da Variável Roubo para o Sexo Feminino	93
Tabela XX. Regressão da Variável Vandalismo para o Sexo Feminino	93

Índice de Gráficos

Gráfico I. A Média dos Comportamentos Anti-Sociais por Sexo	75
Gráfico II. A Média dos Comportamentos Anti-Sociais por Idade	75
Gráfico III. A Média do Auto-Conceito por Sexo	76
Gráfico IV. A Média do Auto-Conceito por Idade	77
Gráfico V. A Média do Suporte Familiar por Sexo	78
Gráfico VI. A Média do Suporte Familiar por Idade	78
Gráfico VII. A Média da Violência Física por Sexo	79
Gráfico VIII. A Média da Violência Física por Idade	80
Gráfico IX. A Média da Violência Emocional por Sexo	81
Gráfico X. A Média da Violência Emocional por Idade	81

Índice de Anexos

Anexo 1. Instrumento utilizado	111
Anexo 2. Cuestionario de Conductas Antisociales (CCA)	112
Anexo 3. Alphas de Cronbach do CCA	113
Anexo 4. Inventário Clínico de Auto-Conceito (ICAC)	114
Anexo 5. Alphas de Cronbach do ICAC	115
Anexo 6. Exposure to Abusive and Supportive Environments (EASE-PI)	116
Anexo 7. Alphas de Cronbach do EASE-PI	117

INTRODUÇÃO

A importância de que se tem revestido a problemática da «delinquência juvenil, tanto nos nossos dias como ao longo de toda a história, o aumento da sua incidência e as suas repercussões tanto a nível social como individual, associado a uma forte motivação pessoal, conduziram à abordagem deste tema como objecto de estudo.

Numerosos investigadores das mais variadas áreas têm-se dedicado ao estudo desta temática numa tentativa de explicação e delimitação dos processos subjacentes à genese do crime e outras formas de desvio. No seguimento destas investigações surgiram várias orientações teóricas que segundo Giddens (1997), podemos dividir em teorias biológicas, psicológicas e sociológicas.

As abordagens biológicas do crime parecem ter tido origem na crença popular «o criminoso já nasce assim», na qual se assume que este teria determinados traços físicos que o caracterizavam especificamente e o tornavam diferente dos outros seres humanos (Manheim, 1984). No século XVIII esta crença transformou-se numa hipótese cientificamente estudada pela Frenologia, fundada por Gall, que estudava o carácter e as funções intelectuais do Homem a partir do cérebro.

Neste âmbito surgiram vários estudos como os de Lavater, Caldwell & Broca (*cit in* Mannheim, 1984) sendo de salientar os de Lombroso (1901), que deram origem à sua teoria do Atavismo Moral. Esta relacionava o crime com características corporais, acreditando que existia um tipo antropológico distinto que definia o indivíduo propenso a praticar determinados crimes. Deste modo definiram não só sinais físicos (e.g. nariz torcido, molares

salientes, estrabismo), como também sinais psíquicos (e.g. ausência de sensibilidade moral, manifestações de vaidade).

Apesar de persistir a ideia, de que a criminalidade é influenciada pela componente biológica, este tipo de teorias foi gradualmente perdendo credibilidade e dando lugar às investigações sobre factores psicológicos. Tal como as biológicas, as teorias psicológicas centram-se no indivíduo delincente, no entanto, estas examinam exaustivamente a personalidade procurando definir os vários estádios de desenvolvimento, as suas partes componentes, o seu funcionamento e as causas de desenvolvimento dos diferentes tipos de personalidade, acabando por relacionar o comportamento delincente ao disfuncionamento da personalidade (Kratcoski & Kratcoski, 1990).

Embora exista uma grande diversidade de teorias psicológicas, geralmente partilham pontos em comum. Em primeiro lugar atribuem o comportamento delincente a distúrbios ou traumas no desenvolvimento da criança. Em segundo lugar, este distúrbio psicológico terá início na infância e continuará durante o processo de maturação, e em terceiro lugar vêm a delinquência como um problema a nível do indivíduo que como tal deverá sofrer intervenção directa e não uma intervenção através da modificação de factores externos ao indivíduo (Kratcoski & Kratcoski, 1990).

Uma grande parte das teorias de desenvolvimento da personalidade aplicadas à delinquência juvenil derivam da teoria Psicanalítica de Sigmund Freud que como tal merece especial atenção. Esta teoria coloca grande ênfase no início da infância como período crítico na formação da personalidade. Os pais são vistos como factores cruciais na formação da

personalidade da criança e portanto as neuroses e disfunções a nível comportamental são atribuídas aos efeitos de uma inadequada disciplina parental (Kratcoski & Kratcoski, 1990).

Segundo Freud (*cit in* Giddens, 1997), grande parte do nosso sentido de moralidade advém dos auto-constrangimentos aprendidos na infância, durante a fase de desenvolvimento do *Complexo de Édipo*. Algumas crianças não chegam a desenvolver estas restrições dada a natureza das suas relações com os pais. De acordo com os psicanalistas, algumas deficiências na relação entre pais e filhos poderão conduzir a problemas comportamentais. Entre estas deficiências salienta-se a ausência de mãe ou a rejeição do filho por parte da mesma durante a infância, a falta de afecto e disciplina por parte de ambos os progenitores durante os cinco primeiros anos de vida, e para os rapazes, a ausência ou falta de influência da figura do pai durante a pré-adolescência (Kratcoski & Kratcoski, 1990).

Englobadas nas teorias psicológicas, cabe ainda citar as teorias dos Traços de Personalidade na medida em que identificaram certos traços de personalidade como característicos dos delinquentes. Entre estes teóricos salientamos Jenkins, Hewitt, Sheldon e Eleanor Glueck (*cit in* Kratcoski & Kratcoski, 1990). A teoria dos traços de personalidade defende que os delinquentes são diferentes das outras pessoas e que essas diferenças podem ser identificadas através do estudo da sua personalidade. Embora não sejam considerados doentes mentais, assume-se que possuam distúrbios a nível de personalidade, o que interfere no normal funcionamento dentro da família, escola e comunidade em geral.

Outra das explicações da natureza do crime tem um carácter eminentemente social e situa o problema da delinquência no meio ambiente em que o indivíduo actua, considerando o comportamento delinvente como uma consequência das condições sócio-ambientais. Esta

orientação tem origem na teoria ecológica que estuda certos aspectos da ecologia humana tais como a densidade e mobilidade populacional, em particular as migrações, a urbanização e o urbanismo, e o problema da delinquência e sua distribuição no espaço (Mannheim, 1985). Nesta área merecem especial atenção os estudos de Thomas & Znaniecki sobre a desorganização social (*cit in* Kratcoski & Kratcoski, 1990).

Várias teorias sociológicas têm surgido ao longo dos anos sendo de salientar as pioneiras que se baseiam nos conceitos de *anomia*, onde se destacam os teóricos Durkheim e Merton, e *subcultura delinquente* com autores como Cohen, Cloward e Ohlin (Mannheim, 1985).

Parece evidente que cada uma das orientações teóricas (biológicas, psicológicas e sociológicas) contribuiu positivamente para o estudo e posterior explicação do fenómeno da delinquência. Estas proporcionaram uma visão mais alargada e possibilitaram o surgimento das teorias Psicossociais que consideram como importantes tanto factores individuais como os sociais para a ocorrência da delinquência.

Os Psicólogos Sociais entendem a delinquência juvenil como resultado de múltiplas influências na vida da criança e defendem que tanto a sua força interior, como as influências, positivas ou negativas, que sofre do meio externo marcam a diferença no momento da criança optar pela ou contra a delinquência (Kratcoski & Kratcoski, 1990).

Sem esquecer as importantes contribuições das várias ciências, bem como a necessidade de um enfoque multidisciplinar, propomo-nos a estudar o tema da delinquência juvenil a partir de uma perspectiva psicossocial, mais concretamente, a partir de um modelo que considera o indivíduo em interacção constante com o seu meio ambiente.

Para levar a cabo o objectivo que propomos dividimos o trabalho desenvolvido em duas partes. Uma primeira, teórica, que abarca os capítulos I e II, onde fazemos uma pequena exposição do tema, apresentamos algumas definições e analisamos os factores sociais e individuais mais preponderantes para o nosso estudo e que de alguma forma parecem influir na conduta delitiva.

Numa segunda parte (capítulos III e IV), descrevemos a investigação empírica realizada, apresentamos e analisamos os resultados obtidos, e finalmente referimos alguns princípios éticos e deontológicos que devem estar presentes em qualquer investigação e que procuramos respeitar ao longo deste trabalho.

Para a realização desta monografia foi utilizada uma estratégia composta para investigação que consistiu numa pesquisa bibliográfica para contextualização teórica e definição de conceitos e, utilização de um método de observação directa de recolha de dados, através da administração do questionário de condutas anti-sociais de Lourdes Mirón a preencher pelos alunos, o Inventário Clínico de Auto-Conceito de Adriano Vaz Serra e três sub-escalas do «Exposure to Abusive and Supportive Environments Parenting Inventory» (EASE-PI) de Karen Nicholas & Stephen Bieber.

Os instrumentos foram administrados a uma amostra composta por 258 alunos do 9º, 10º, 11º e 12º da Escola Secundária Filipa de Vilhena. Depois da tradução devida dos instrumentos, realizamos um pré-teste, com base numa reflexão falada, que “(...) consiste na aplicação individual da prova e no registo de todas as verbalizações dos sujeitos” (Almeida & Freire, 1997, p. 120) tendo como finalidade a adaptação do instrumento à população escolhida.

Após a obtenção das autorizações necessárias, junto do Conselho Directivo, ao qual explicamos o objectivo do estudo e garantimos a confidencialidade dos resultados, passamos à sua aplicação numa sala destinada unicamente a este objectivo. Os alunos que constituíram a amostra eram dispensados da aula de educação física para responderem ao questionário e escolhidos aleatoriamente pelo professor. Por último, os dados recolhidos foram tratados quantitativamente por meio do «Statistical Package for the Social Sciences», versão 8.0 (SPSS).

I. DELIMITAÇÃO CONCEPTUAL DA DELINQUÊNCIA JUVENIL E MODELOS TEÓRICOS

1. DELIMITAÇÃO CONCEPTUAL

1.1. A Problemática da Definição

Ao longo da história, a delinquência juvenil tem sido tratada frequentemente como um sinónimo de adolescência, ou seja, todos os adolescentes num momento da sua vida seriam delinquentes. Nos anos 60 Robert McIver e William Kvaraceus (*cit in* Sprinthall, 1994), chegaram a propôr que o termo fosse posto de parte dado o seu carácter perjorativo. A controvérsia gerada pelo conceito conduz ao problema da sua definição.

A delinquência juvenil não constitui de todo um campo de estudo específico. O comportamento violento na adolescência tem sido estudado por variadas disciplinas incluindo Psicologia, Psiquiatria, Criminologia e Sociologia (Borduin & Schaeffer, 1998). Talvez também daqui advenha a dificuldade de encontrarmos uma definição lógica e universalmente aceite pelas diversas áreas de estudo.

Segundo Martin (1982), o termo delinquência juvenil engloba quer aspectos jurídicos, quer sociológicos, quer psicológicos, e será dentro desta triologia que poderemos definir o conceito. Assim, do ponto de vista jurídico, a delinquência juvenil diz respeito às consequências legais do comportamento, ou delito, dentro dos limites da idade. Ou seja, tanto a conduta considerada delito, como a menor idade penal, variam de país para país consoante as respectivas legislações.

Do ponto de vista sociológico, o conceito «delinquência» aparece intimamente ligado ao conceito mais amplo de «comportamento desviante». Por este entendemos o comportamento que foge às normas que regem um determinado sistema social, e que de algum modo perturba o equilíbrio desse sistema. «Nenhum comportamento é em si mesmo desviado a não ser na medida em que viola as regras de um determinado sistema social» (Martin, 1982, p. 7).

Do ponto de vista da Psicologia, e ainda segundo a mesma autora, definir o comportamento desviante como uma violação às normas, apresenta-se como algo incompleto na medida em que não é possível estabelecer de forma clara quais serão esses comportamentos. Existe uma ampla gama de comportamentos que podem ser considerados anti-sociais ou desviantes, dependendo em larga medida da realidade na qual se inserem, desde o comportamento da criança na escola cuja conduta indisciplinada perturba o trabalho dos colegas, até ao ladrão ou ao assassino.

Todos os autores parecem no entanto estar de acordo quanto ao facto da «delinquência juvenil» ser um conceito construído sobre um sistema de valores, normas e representações, podendo deste modo ser abordado no seu sentido lato, como fenómeno associado a todo o tipo de comportamentos anti-normativos, ou no seu sentido restrito, como realidade circunscrita apenas aos comportamentos anti-normativos que integram infracções jurídico-penais (Gomes, 1995). Assim sendo, podemos concluir, que o termo delinquência apenas terá sentido quando relacionado com o contexto sociocultural (se tivermos em linha de conta o seu sentido lato), ou jurídico (no sentido restrito) no qual ocorre.

Será ainda de salientar que para o estudo em causa não importará tanto distinguir o comportamento violativo no seu contexto sócio-cultural ou tão pouco no seu contexto jurídico-

penal, mas sim na consciência do indivíduo desse mesmo comportamento. Ou seja, na medida em que este trabalho se baseia não na observação directa, mas nos relatos dos próprios adolescentes, todas as ilações dele retiradas apenas dirão respeito à consciência que o indivíduo tem do seu próprio comportamento.

Conceito não menos importante e não menos complexo será então o de adolescência já que a menor idade varia igualmente consoante o regime jurídico-penal de cada país.

1.2 O Conceito de Adolescente

A relação entre a adolescência e a delinquência reveste-se de grande importância quer teóricamente, quer na prática. Teóricamente, o investigador da delinquência juvenil tem o potencial para testar hipóteses sobre o que marca a diferença entre os adolescentes e indivíduos noutros estádios de desenvolvimento. Se conseguirmos identificar os factores quantitativos ou qualitativos que marcam essa diferença poderemos compreender melhor a essência da adolescência (Gold & Petronio, 1980).

Na prática, segundo os mesmos autores, uma melhor compreensão da relação entre delinquência e adolescência irá melhorar a nossa capacidade para fazer dois importantes julgamentos: se a intervenção é ou não necessária e qual o tipo de intervenção que será mais eficaz para cada caso.

Tal como procedemos para o conceito de delinquência juvenil, iremos tentar encontrar a melhor definição de adolescência para o estudo em causa, já que para podermos identificar os

princípios que sustentam esta relação se torna necessário ser claro sobre os constituintes da delinquência por um lado, e os constituintes da adolescência por outro.

Segundo Teixeira, a adolescência “(...) mais não será que o processo psicológico e social de adaptação à puberdade, isto é, à entrada em funcionamento pleno dos órgãos sexuais e que vulgarmente se diz que a adolescência vai deste acontecimento biológico até à formação de valores, identidade e autonomia que caracterizam o ser adulto.” (1995, p. 429).

De um modo geral variados autores parecem identificar quer a maturação, quer as regras sociais, ou mesmo a combinação de ambas, para definir a adolescência.

A perspectiva psicanalítica foca especificamente o processo de maturação, definindo a adolescência como o período que vai da puberdade até à aquisição da capacidade genital adulta. Também a teoria da aprendizagem social aplicada ao desenvolvimento, de McCandless (*cit in* Gold & Petronio, 1980), faz referência a estas características da adolescência.

Já a teoria Sociológica, conceptualiza a adolescência como um conjunto de regras sociais distintas, no que respeita a direitos e obrigações, impostas por consenso social aos indivíduos nesta idade (Gold & Petronio, 1980).

O conceito de Erickson da crise de formação da identidade, similarmente a Teixeira, toma em conta tanto a rápida maturação como mudanças sociais. «Erickson defende a ideia de que a adolescência consiste no processo de formação da identidade (...). Esta é encarada como um

processo integrados das transformações pessoais, das exigências sociais e das expectativas em relação ao futuro do adolescente» (Sprinthall & Collins, 1994, p. 202).

Definições da adolescência que incluem factores maturacionais e regras sociais normalmente identificam mudanças rápidas como a força diferenciadora na adolescência (Gold & Petronio, 1980). O nosso trabalho terá como linha orientadora estas definições que combinam ambos os factores, já que acreditamos que estas mudanças rápidas contribuem para a adolescência como uma fase conturbada e susceptível de maiores influências quer internas, quer externas ao próprio adolescente que poderão conduzir à adopção dos comportamentos delinquentes.

Por outro lado, o processo de passagem para a adolescência não se processa de forma harmoniosa se o adolescente não aprende a aceitar as transformações fisiológicas e não compreende os papéis sociais que deve desempenhar (Wall, 1983), podendo entrar numa crise de identidade e conseqüentemente assumir condutas desviadas.

1.3 Tipos de Delinquência

Nem a problemática da definição de adolescência, nem a da delinquência em si mesma dão por terminada a complexidade desta temática. Uma questão igualmente importante é a da sua tipologia que em larga medida poderá depender duma questão já por nós abordada: o sentido lato ou restrito da delinquência.

Segundo a perspectiva restrita, a delinquência juvenil compreende as actividades dos menores de idade penal que integram infracções juridico-penais no sistema jurídico destinado aos

adultos. A perspectiva ampla considera todo o tipo de comportamentos anti-normativos quer sejam ou não penalizados quando cometidos pelos adultos (Genovés, 1987; Gomes, 1995).

Seguindo esta linha de pensamento encontramos, segundo Lourdes Mirón (1990), dois tipos de delitos:

- 1) Delitos de status: aquellos comportamientos que son ilegales únicamente debido a la edad de quien los realiza (por ejemplo, escaparse de casa, o beber alcohol en lugares públicos antes de los 16 años).
- 2) Delitos de código: aquellas conductas consideradas ilegales independientemente de la edad de quien las realice (por ejemplo, robo, vandalismo o asesinato). (p. 20)

Segundo Welford (1975, *cit in* Martin, 1982) existem igualmente dois tipos de delitos, aqueles em que uma pessoa provoca dano a outra seja contra a própria pessoa ou contra a propriedade, e os delitos sem vítima, ou seja, contra a moral (e.g. homossexualidade, consumo de droga, etc.).

Outra tipologia largamente utilizada distingue uma dimensão agressiva composta por comportamentos «abertos» ou explícitos, como a agressão física, e uma dimensão não agressiva constituída por comportamentos «encobertos», tais como roubo e associação com pares delinquentes (Loeber & Schmaling, 1985; Quay, 1986 *cit in* Borduin & Schaeffer, 1998).

Gold & Petronio (1980) defendem a existência de três tipos não de condutas mas de delinquentes: os «status offenders» incluem consumidores de bebidas alcoólicas, desafidores da autoridade parental e fugitivos. A categoria dos «violent offenders» integra os vândalos e

agressores e, por último, os «thieves» serão todo o tipo de ladrões desde os nocturnos aos carteiristas.

A categorização pode ainda reflectir a frequência das apreensões oficiais, sendo os reincidentes aqueles que foram apreendidos pelo menos duas vezes e os não reincidentes aqueles que cometeram apenas uma ofensa (Snyder & Patterson, 1987). Normalmente os reincidentes são indivíduos mais novos aquando da primeira apreensão, cometem crimes mais sérios e é mais provável que prolonguem a sua carreira criminosa ao longo da fase adulta.

Sem optar por nenhuma categorização em especial, o nosso estudo abrange vários tipos de condutas delitivas que vão desde a infracção às normas (e.g. fugir de casa), vandalismo, consumo de drogas e roubo, até à agressão contra pessoas, ou seja o nosso estudo compreende tanto os chamados *delitos de código*, que inclui todas as condutas consideradas ilegais independentemente de quem as realize, como os *delitos de status*, que dizem respeito apenas aos comportamentos considerados ilegais quando cometidos pelos adolescentes.

1.4 A Delinquência em Função da Idade

Quando a intenção é compreender a delinquência na adolescência, parece ser apropriado começar por explicar o porquê do acto delinvente ser mais prevalente em certos momentos da adolescência do que em qualquer outro período da vida.

Numa tentativa de responder a esta questão Emler & Stephen (1995), argumentam que este é o período da vida em que as instituições formais e as relações sociais formalizadas assumem particular importância na vida do indivíduo. A delinquência flui como a expressão de uma

relação antagónica à autoridade formal. No entanto, embora este facto possa explicar o aparecimento da delinquência (entre os 12 e 16 anos de idade), não explica o seu posterior declínio.

Na verdade, o declínio da delinquência por volta dos 16 anos, na opinião dos mesmos autores, poderá ser facilmente explicada pela diminuição do suporte à delinquência e pelo aumento da repressão. Começando pelo suporte: quando os indivíduos entram na escola secundária, os grupos previamente formados, provavelmente irão sofrer uma ruptura. Nem todos continuam juntos pois nem todos seguem para a mesma escola. Haverá um tempo de adaptação até o novo grupo se estabelecer, então, existe um intervalo de tempo entre o ingresso na nova escola e o aumento da delinquência. Será entre o primeiro e o segundo ano (11, 12 anos) que a actividade delinvente aumentará.

Uma vez formada, esta estrutura grupal tenderá a permanecer constante até os indivíduos deixarem novamente a escola. Nesta fase os grupos irão mais uma vez sofrer uma ruptura. Os indivíduos começam a movimentar-se em diferentes direcções, encontrar emprego e passar os tempos livres de diferentes formas.

Quando entram na escola secundária os indivíduos deparam-se com uma nova realidade com a qual terão que lidar. Quando este sistema é percebido como uma imposição de controlo ilegal perdem qualquer motivo positivo para serem bons.

O facto de que a delinquência atinge o pico na adolescência e início da idade adulta parece ser consensual (Monahan, 1981; Lipsey & Derzon, 1988; Gottfredson & Hirschi, 1990).

Monahan (1981), assinala que em 1975, rapazes entre os quinze e os vinte anos de idade, representavam 8.5% da população Americana e 35% das detenções por crimes violentos. A idade média em que um jovem comete a sua primeira ofensa é aos quatorze anos, e a sua primeira detenção, um ano depois.

1.5 A Delinquência em Função do Género

Vários estudos têm demonstrado grandes diferenças entre os sexos no que se refere a distúrbios comportamentais e comportamento anti-social na adolescência. Os adolescentes do sexo masculino evidenciam valores consideravelmente mais elevados em distúrbios comportamentais e sérios comportamentos anti-sociais do que os adolescentes do sexo feminino (Borduin & Schaeffer, 1998).

Do mesmo modo, Gottfredson & Hirschi (1990), assinalam que o padrão mais consistente no que respeita ao género é que o número de criminosos do sexo masculino de qualquer idade, excede o feminino, à parte do tipo de crime, nível de envolvimento ou medida de participação.

Aproximadamente nove em cada dez pessoas detidas por um crime violento nos Estados Unidos, em 1977, eram do sexo masculino. Embora se tenha assistido a um aumento substancial dos crimes femininos nos últimos anos, este tem sido acompanhado por um aumento equivalente dos crimes masculinos (Monahan, 1981).

Várias tentativas têm sido feitas no sentido de explicar estas diferenças entre o sexo masculino e o sexo feminino no que se refere aos comportamentos delinquentes. Sandhu &

Allen (1969, *cit in* Emler & Stephen, 1995), no seguimento do seu estudo concluíram que as raparigas delinquentes estão menos comprometidas com o casamento.

Outra das explicações bastante frequente relaciona-se com o facto de que os pais vigiam mais as filhas do que os filhos, limitando as oportunidades das raparigas para delinquir, já que passam a maior parte do tempo em casa, com as tarefas domésticas, e frequentam amiúde os locais públicos de maior propensão para a delinquência (Emler & Stephen, 1995; Gottfredson & Hirschi, 1990).

Outra das distinções apontada frequentemente relaciona-se com o facto de que rapazes e raparigas tendem a cometer diferentes tipos de comportamentos delinquentes. Em geral os rapazes são mais criminosos e cometem crimes mais sérios que envolvem agressão contra terceiros. Por outro lado, as raparigas cometem delitos menos sérios que geralmente envolvem agressão contra o próprio (Lau & Leung, 1992).

2. MODELOS TEÓRICOS

Várias teorias têm surgido ao longo da evolução dos estudos sobre a delinquência. Como já referimos anteriormente pensamos que as teorias Psicossociais conferem uma visão mais alargada sobre o tema, por abarcarem aspectos quer individuais quer sociais e portanto apenas nos iremos centrar nestas.

Na medida em que pretendemos analisar as causas da delinquência tomando por base a experiência de socialização do indivíduo em interacção com a família, como um dos grupos

primários de pertença, iremos abordar apenas três teorias: a Teoria da Associação Diferencial, a Teoria do Controlo Social e a Teoria da Aprendizagem.

2.1 Teorias do Controlo Social

Estas teorias baseiam-se no princípio de que em todo o ser humano existe um impulso ou motivação natural para a transgressão, a menos que a sua ocorrência seja inibida pela presença de mecanismos de controlo (Simons et al, 1991), que podem assumir duas formas: controlo social externo e controlo interno ou auto-controlo (Mirón, 1990).

A aplicação de sanções na prevenção do comportamento criminal é vista como necessária. Estas sanções não são necessariamente legais ou corporais, pelo contrário, o facto de pessoas que nos são importantes, desaprovarem estas condutas, poderá ser a sanção mais poderosa (Gottfredson & Hirschi, 1990).

Entre todos os modelos causais da delinquência baseados na ideia de controlo, o modelo da contenção de Reckless e a teoria do controlo Social de Hirschi têm merecido especial atenção. Enquanto que Reckless analisa especificamente a natureza e características de ambos os tipos de controlo atrás mencionados, Hirschi procura explicar como se adquire este controlo evidenciando as interações e dependências do indivíduo com os distintos agentes sociais.

2.1.1 O Modelo da Contenção de Reckless

Segundo Reckless, para conter ou prevenir a actividade delinvente, certos factores deverão estar presentes na vida da criança. Estes factores podem assumir duas formas: contenção

interna (através de um auto-conceito positivo, forte sentido de responsabilidade, etc.), ou contenção externa (factores do ambiente social do indivíduo). Os factores de contenção externa podem incluir uma forte supervisão parental, suporte de actividades não delinquentes, reforço por parte da escola e outras instituições sociais do auto-conceito positivo e sentimento de pertença ao círculo social (Kratcoski & Kratcoski, 1990).

O controlo externo, refere-se então, à capacidade dos agentes sociais em adequar a conduta do indivíduo às normas e expectativas vigentes na sociedade, e o controlo interno traduz-se na capacidade do próprio indivíduo em adaptar-se a estas mesmas normas por meio do auto-controlo.

O controlo social afecta a conduta do indivíduo através do uso de poder, ou seja, da aplicação de sanções e da apresentação de condutas socialmente adequadas. A conduta positiva é recompensada e a negativa é castigada. No entanto, este tipo de controlo não pode ser mantido de forma constante e directa na vida do indivíduo. O sujeito deverá desenvolver mecanismos internos que cumpram esta mesma função (Mirón, 1990).

2.1.2 A Teoria do Controlo Social de Hirschi

A teoria de Hirschi defende que contrariamente à desviância, a conformidade do indivíduo no que respeita aos valores convencionais, é um produto da vida social e não uma característica inerente à natureza humana. Como tal deveremos tentar explicar a conformidade e não a desviância. Num primeiro momento, a conduta do indivíduo seria individualista e «desviada» e somente os controlos gerados pelo processo de socialização poderiam inibir tais condutas (López, Martín & Redondo, 1991).

A inibição é conseguida através de quatro elementos que exercem influência sobre o indivíduo e o vinculam à sociedade convencional: afecto, compromisso, envolvimento e crenças.

O afecto refere-se aos vínculos afectivos entre o sujeito e os outros. O afecto a pessoas convencionais inibe a conduta desviada, uma vez que o indivíduo procura a aprovação das pessoas com quem mantém fortes vínculos afectivos (Cheung, 1997). Os pais seriam então a principal fonte de apego, já que uma das suas funções é proporcionar modelos adequados, ensinar condutas desejáveis e sancionar as não desejáveis.

O compromisso está relacionado com o grau em que o indivíduo está motivado para atingir metas socialmente desejáveis. Aqui, a escola assume um papel preponderante, na medida em que proporciona ao indivíduo tanto as metas definidas como adequadas, como os mecanismos legais para as alcançar (Mirón, 1990).

O envolvimento refere-se à participação activa em actividades convencionais (López, Martín & Redondo, 1991), desempenhadas para atingir prestígio social, e que normalmente são realizadas na companhia do grupo de pares.

As crenças são entendidas como “el estado final de aceptación de la validez moral del sistema de valores sociales” (Mirón, 1990).

Quanto mais forte se revelar cada um destes elementos, menos provável será a ocorrência da delinquência. Podemos então dizer, que esta teoria caracteriza os delinquentes como indivíduos sem apego a pessoas convencionais, que não desenvolvem compromissos com

projectos legítimos, não alcançam êxito social e que portanto fracassam na adopção das crenças vigentes na sociedade.

Na opinião do próprio autor, a maioria das pessoas são suficientemente socializadas pela família de forma a poderem evitar o envolvimento em actos criminais. Quando tal não acontece, os indivíduos poderão ainda eventualmente aprender o auto-control através de outros sistemas ou instituições tal como a escola (Gottfredson & Hirschi, 1990).

Uma das críticas a este modelo, relaciona-se com o pressuposto da existência de uma motivação natural para a desviância. Para alguns autores, tal como Linden & Fillmore (*cit in* Mirón, 1990), Hirschi, ao considerar a desviância como natural não necessita de explicar o porquê deste tipo de condutas, no entanto, a assumpção de que todos seríamos delinquentes se não existissem formas de control social é problemática e difícil de comprovar.

Uma outra crítica a esta teoria postula que ao enfatizar a importância da sociedade convencional, esta teoria não considera que a vinculação a grupos desviados possa ser uma causa importante do desvio já que promove uma socialização «não convencional» no adolescente (Hawkins & Fraser, 1985; López, Martin & Redondo, 1991).

Apesar das críticas, este modelo tem recebido bastante apoio empírico no que se refere à constatação de uma forte relação entre a delinquência e a ausência de apego à família (e.g. Hindelang, 1973; Krohn & Massey, 1980; Jensen & Eve, 1976; *cit in* Cheung, 1997).

2.2 A Teoria da Associação Diferencial de Sutherland

A Teoria da Associação Diferencial de Sutherland enquadra-se nas teorias da subcultura, que estudam a importância dos grupos sociais que mantêm valores e condutas contrárias às mantidas pela sociedade em geral. Este tipo de teorias defende que o indivíduo com conduta desviada não pode ser considerado como não socializado, mas como alguém que foi socializado dentro de um grupo desviado (López, Martín & Redondo, 1991).

Sutherland baseou a sua teoria no processo de aprendizagem, defendendo que tal como todos os outros, o comportamento criminal também é aprendido em interação com os outros, durante o processo de socialização (Mannheim, 1985). Então, assume-se que o delinquente foi socializado numa subcultura delinvente. Aprendeu e interiorizou normas delitivas e participou neste tipo de subcultura (Mirón, 1990).

Segundo Kratcoski & Kratcoski (1990), Sutherland baseou a sua teoria nos seguintes princípios:

1. O comportamento criminoso é aprendido.
2. O comportamento criminal é aprendido em interação com outras pessoas num processo de comunicação.
3. Os aspectos principais da aprendizagem do comportamento criminoso ocorrem no seio de grupos pessoais íntimos.
4. Quando o comportamento criminal é aprendido, essa aprendizagem inclui (a) técnicas de execução do crime (de maior ou menor complexidade); (b) directivas específicas acerca dos motivos, atitudes, racionalizações e impulsos em relação ao crime.

5. As directivas específicas relacionadas com os motivos e os impulsos são aprendidas a partir das definições existentes nos códigos legais como favoráveis ou desfavoráveis.
6. O indivíduo torna-se delinquente devido a um excesso de definições favoráveis à violação da lei em detrimento das definições desfavoráveis à violação da lei.
7. Associações diferenciais podem variar em frequência, duração, prioridade e intensidade.
8. O processo de aprendizagem do comportamento criminoso, por associação com padrões criminais e anti-criminais, envolve todos os mecanismos que estão presentes em qualquer outra aprendizagem.
9. O comportamento criminoso é uma expressão de valores e necessidades gerais, já que o comportamento não-criminoso é a expressão dos mesmos valores e necessidades.

Sutherland & Cressey (*cit in* López, Martin & Redondo,1991), estabeleceram como conceitos básicos do modelo as definições favoráveis ou desfavoráveis à violação da lei, e a associação com outros delinquentes. As definições fazem referência aos valores e crenças do grupo em que se enquadra o indivíduo. Quanto maior for a relação do sujeito com pessoas que mantêm definições desviadas, maior será a probabilidade de que interiorize essas definições e que desenvolva condutas congruentes com as mesmas.

A associação diz respeito à interacção do indivíduo com o grupo. A relação com os companheiros que realizam condutas desviadas promove a aprendizagem dessas condutas e atitudes pelo indivíduo. O adolescente tende a aceitar os comportamentos delinquentes em sentido geral e, a esperar a aprovação dos companheiros quando comete esses mesmos actos.

Esta teoria, ao contrário da Teoria do Controlo Social, enfatiza a importância da influência do grupo de pares, mas possui igualmente algumas limitações. Segundo Mannheim (1985, p. 903) “(...) a teoria não pode explicar nem a origem da criminalidade, que tem de existir antes de ser aprendida por alguém, nem a criminalidade daqueles que nunca tiveram anteriores contactos com delinquentes, como fracassa, aliás, na distinção entre o comportamento criminal e o não-criminal, que também pode ser aprendido”.

Outra das suas debilidades, e talvez a mais importante segundo Mirón (1990), é também partilhada pela teoria de Hirschi, que apesar da importância que concedem ao processo de socialização e à aprendizagem da conduta nos grupos primários, não determinam claramente os mecanismos pelos quais a aprendizagem se produz. Esta será uma tarefa das teorias da Aprendizagem Social.

2.3 Teorias da Aprendizagem Social

As Teorias da Aprendizagem Social partem do pressuposto de que toda a conduta deve ser aprendida num processo de socialização que é semelhante tanto para a aprendizagem da conduta adaptada como para a da conduta desviada, apenas muda o conteúdo dessa aprendizagem (Mirón, 1990).

2.3.1 A Teoria da Aprendizagem Social de Bandura

A Teoria da Aprendizagem Social parte do princípio que a conduta é o resultado da interacção recíproca e contínua entre os determinantes pessoais e situacionais, e estabelece que a

aprendizagem se produz através de dois mecanismos fundamentais (Bandura, 1977 *cit in* Mirón, 1990):

- 1- Pelas consequências da resposta (efeitos positivos ou negativos das acções). Estas consequências têm como função proporcionar informação, servir como motivação para posteriores condutas e como reforço.
- 2- Por meio de modelos (aprendizagem vicariante ou observacional), ou seja, ao observar um modelo adquirem-se representações simbólicas das actividades efectuadas pelo modelo, que servem de guia para condutas futuras do observador. A conduta observada será ou não adoptada pelo observador, dependendo das consequências provocadas por essa conduta para o modelo.

Embora a Teoria da Aprendizagem Social de Bandura não seja um modelo teórico da conduta desviada, mas sim um modelo de aprendizagem da conduta humana em geral (Mirón, 1990), este autor referiu-se concretamente à conduta desviada, testou a hipótese de que a violência na família poderia conduzir a posterior violência por modelagem (Paperny & Deisher, 1983) e explorou os efeitos da representação de comportamentos agressivos na televisão no comportamento das crianças (Kratcoski & Kratcoski, 1990).

Todos estes factores conduziram a que alguns autores sugerissem a necessidade de integrar os pressupostos da teoria de Bandura em modelos específicos da delinquência. As duas versões da Teoria da Aprendizagem Social que receberam maior atenção dentro da literatura dos comportamentos desviados são as formuladas por Jessor & Jessor e Akers (*cit in* Mirón, 1990).

Assim, podemos dizer que quando associada à delinquência, esta teoria postula que a motivação para enveredar pela delinquência deriva da associação com pares delinquentes que modelam e reforçam o comportamento delinquente (Simons et al, 1991).

2.3.2 Teoria da Aprendizagem Social e Conduta Desviada. O modelo de Akers

A Teoria da Aprendizagem Social desenvolvida por Akers é uma tentativa de integrar a Teoria da Associação Diferencial de Sutherland com as teorias do condicionamento operante de Skinner e da aprendizagem observacional de Bandura (Mirón, 1990).

Os pressupostos de partida deste modelo estabelecem que a conduta social se desenvolve com base numa série de processos que incluem a imitação da conduta dos outros, o reforço diferencial e a avaliação que os outros significativos realizam das condutas como boas ou más.

Segundo Akers et al (1979), a conduta desviada e a conduta adaptada adquirem-se e mantêm-se como consequência das recompensas e castigos passados e presentes associados a cada uma delas, e como consequência das recompensas e castigos vinculados à conduta alternativa. A este processo chamaram «reforço diferencial».

Ou seja, a conduta social, tanto a desviada como a adaptada, são o resultado de um maior reforço em comparação com o castigo associado a essa conduta, e das contingências de reforço/ castigo associadas à conduta alternativa. Então, a conduta desviada será mais provável se reforçada diferencialmente sobre outras condutas alternativas, e se definida como desejável ou aceitável.

Uma das críticas formuladas a esta teoria defende que a mesma não explica adequadamente a conduta desviada porque existem diferenças individuais bastante marcadas na aprendizagem e mantimento da conduta social (Genovés, 1987). De qualquer forma, trata-se de um modelo teórico que oferece uma explicação compreensiva do processo de aquisição e execução da conduta delitiva pois considera tanto factores externos como internos na sua génese.

3. CONCLUSÃO

O fenómeno da delinquência na adolescência tem sido definido, operacionalizado e explicado de formas diversas ao longo do desenvolvimento da Criminologia. Qualquer uma das abordagens teóricas revistas possui os seus méritos e as suas falhas e, como tal, todos estes modos diferentes de entender e analisar a delinquência coexistem na actualidade. A nós cabe-nos ter o discernimento de, perante cada caso concreto, encontrar o enquadramento teórico, conceptual e metodológico mais conveniente, sem perder de vista que é a teoria que se deve ajustar aos factos e não estes a ela (Gonçalves, 2000).

Partindo do pressuposto que já atrás nos referimos convenientemente ao enquadramento conceptual e que mais tarde focaremos o metodológico, passamos agora a um refinamento do enquadramento teórico.

Relativamente às teorias mencionadas (Teorias do Controlo Social, Teoria da Associação Diferencial e Teorias da Aprendizagem Social), estas assumem um papel relevante na explicação da conduta delinquente, na medida em que se traduzem nos principais modelos teóricos que enfatizam a importância das interações que o indivíduo estabelece com os grupos primários (nomeadamente a família, escola e grupo de pares), sobre os quais recai a

tarefa de socializar e que em grande medida determinará o envolvimento, ou não, do jovem, em actividades delinquentes.

À margem de algumas diferenças conceptuais, as teorias aqui analisadas não são em absoluto irreconciliáveis, dado que partilham a ideia de que a análise do processo de socialização se torna crucial para aceder à explicação do comportamento delinvente. Deste modo, assumimos que o comportamento delinvente implica, de alguma forma, um fracasso no processo de socialização, no sentido em que os conteúdos de aprendizagem aos quais estiveram expostos não se adequam às normas estabelecidas pela sociedade convencional.

Contudo, sentimos necessidade de encontrar uma teoria que de algum modo, para além de conceder uma base mais sólida ao estudo em causa, conseguisse reunir todas as variáveis implicadas no presente estudo: delinquência na adolescência, relações familiares e auto-conceito.

Assim, pensamos ser importante fazer uma breve referência à teoria do comportamento desviante proposta por Kaplan (1980, 1982). Basicamente, a teoria encontra a sua génese na assunção de que por trás de um motivo relacionado com a auto-estima, os indivíduos tendem a minimizar as experiências negativas produzidas pelas próprias atitudes e a maximizar as experiências positivas. A atitude de auto-rejeição poder-se-á desenvolver se o indivíduo se encontrar incapacitado de se defender, adaptar ou lidar com certas circunstâncias que podem ameaçar a sua auto-estima. Estas situações incluem a rejeição parental, a rejeição por parte do grupo de pares e a falta de competência ou fracasso na escola.

A par destas experiências de auto-rejeição e de fracasso com os grupos de referência, o indivíduo, perde toda a motivação para se adaptar aos padrões de comportamento normativo. Padrões comportamentais alternativos vão ser desenvolvidos ao serviço do enriquecimento da auto-estima. Como estes comportamentos não estão de acordo com as normas serão etiquetados pela sociedade convencional como desviantes.

Uma implicação importante da teoria de Kaplan é que a baixa auto-estima predispõe a pessoa a cometer actos delinquentes. Evidências consistentes com este raciocínio são apresentadas num estudo elaborado por Kaplan & Robbins (1983), onde é demonstrada uma correlação negativa entre a auto-estima e a frequência com que se cometem vários actos delinquentes.

Embora um certo número de estudos recentes suporte as formulações de Kaplan (Bryan & Freed, 1982; Lau & Leung, 1992), existe igualmente um considerável número de estudos que encontram pouca relação entre auto-conceito e delinquência (e.g., Bynner et al., 1981; Stagner et al., 1983).

Como tivemos oportunidade de constatar, Kaplan (1980), argumentou que um baixo auto-conceito provavelmente resultará de situações em que os adolescentes se encontram incapacitados de defender a sua auto-imagem que então os predispõe para os comportamentos delinquentes. Estas situações incluem falhar na escola, rejeição parental e pelo grupo de pares.

Uma análise mais atenta sugere que estas situações poderão ter impacto em três aspectos importantes para o auto-conceito e comportamento do adolescente. Primeiro, o fracasso na escola poderá conduzir a um baixo auto-conceito académico. Segundo, a rejeição pelo grupo de pares poderá conduzir a uma pobre relação percebida com a escola. Terceiro, e mais

importante para o estudo em causa, a rejeição parental poderá conduzir a uma pobre relação familiar percebida. Então podemos argumentar que um pobre auto-conceito académico, relações pobres com a família e com a escola estarão relacionadas com uma maior frequência de comportamentos delinquentes.

Longe da pretensão de estudar as relações existentes entre todas estas variáveis, procuraremos neste trabalho, de acordo com o até aqui exposto, determinar as relações existentes entre as interacções familiares, o auto-conceito e a delinquência na adolescência. Para tal, realizamos uma breve revisão da literatura mais relevante em cada uma destas áreas de estudo que passamos a apresentar de seguida.

II. A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA E DO AUTO-CONCEITO COMO FACTORES EXPLICATIVOS DO COMPORTAMENTO DELINQUENTE

1. A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NO COMPORTAMENTO DELINQUENTE

Na actualidade, atribui-se grande importância a todos os factores relacionados com o funcionamento da família, problemas de interacção e métodos de educação, mais do que a qualquer outro factor, como explicativo do desenvolvimento e manutenção dos problemas comportamentais da criança (Martin, 1982; Henggeler, 1989; Cheung, 1997).

Porquê então, o foco na família? Por um lado a literatura tem demonstrado ao longo dos tempos a poderosa influência da família, nos jovens ofensores. Por outro, quando questionados sobre as causas de delinquência, os delinquentes mencionam frequentemente factores familiares, seguido da influência do grupo de pares, bem como factores relacionados com a escola e com a comunidade (Garnefsky & Okma, 1996; Goldstein, 1990, *cit in* Seydlitz & Jenkins, 1998).

Embora as conclusões dos trabalhos sobre a delinquência variem quanto à importância concedida às características familiares como factores determinantes da conduta desviada, torna-se difícil encontrar trabalhos que de alguma forma não mencionam a relação entre família e delinquência juvenil.

Podemos dizer que temos dois tipos de variáveis, aquelas que se relacionam com a estrutura familiar em si mesma (e.g. tamanho da família, ordem de nascimento, mães que trabalham

fora de casa, famílias desfeitas por morte ou separação dos pais), e as variáveis de funcionamento e interação familiar (e.g. estratégias disciplinares, supervisão, comunicação, conflito familiar). Inicialmente faremos referência ao primeiro tipo de variáveis e posteriormente aprofundaremos o segundo tipo, nomeadamente no que diz respeito aos maus tratos de crianças e ao suporte familiar.

1.1 Estrutura Familiar

No que concerne à estrutura familiar, a maioria dos estudos referem o tamanho da família, as mães trabalhadoras, e as famílias de um só pai («single-parent family»). Serão então estes aspectos que iremos focar.

1.1.1 Tamanho da Família

Uma das descobertas mais consistentes sobre este item postula que quanto maior o número de crianças na família, maior a probabilidade de se tornarem delinquentes (Gottfredson & Hirschi, 1995; Seydlitz & Jenkins, 1998).

Gottfredson & Hirschi (1990) explicam este facto defendendo que embora os pais de grandes famílias sejam tão capazes como os outros de reconhecer o comportamento desviante, a punição e monitorização torna-se mais difícil quanto maior o número de filhos.

Outra das suas explicações baseia-se no facto de que a criança de grandes famílias tem maiores probabilidades de passar mais tempo com outras crianças do que com adultos. As

crianças não serão educadores tão eficazes como os adultos já que se demonstram mais tolerantes ao comportamento desviante.

Relação igualmente frequente nestes estudos é estabelecida entre o tamanho da família e o baixo nível sócio-económico, ou seja, as famílias numerosas são mais frequentes entre as classes mais baixas, bem como a delinquência. Assim, parece evidente a relação entre tamanho da família e delinquência (Wells & Rankin, 1988 *cit in* Seydlitz & Jenkins, 1998).

Rosenbaum (1989, *cit in* Seydlitz & Jenkins, 1998), concluiu que as mulheres apreendidas durante a adolescência eram, na sua maioria, originárias de grandes famílias. No entanto, a associação entre uma grande família e a delinquência estaria também intimamente ligada a disfuncionamentos familiares tais como conflitos e violência.

Similarmente, Wells & Rankin (1988, *cit in* Seydlitz & Jenkins, 1998), apontaram que grandes famílias podem estar associadas com outras variáveis relacionadas com a delinquência, tal como fraca supervisão e disciplina, e problemas económicos.

Daqui, podemos concluir que o tamanho da família por si só pouco explicará sobre o comportamento delinvente, se não estiver relacionado com outras variáveis tais como conduta parental ineficaz, supervisão inadequada e pobre interacção afectiva.

1.1.2 Mães que Trabalham Fora de Casa

Segundo Gottfredson & Hirschi (1990), o aumento do número de mulheres trabalhadoras teve várias implicações no aumento da criminalidade. Tradicionalmente, a maior preocupação

seria que a mãe que trabalhava fora de casa estaria incapacitada de supervisionar os seus filhos.

Sheldon & Glueck (1950, *cit in* Gottfredson & Hirschi, 1990) concluíram que os filhos de mulheres trabalhadoras, especialmente aquelas que trabalhavam apenas ocasionalmente, teriam mais tendência a delinquir. Porém, quando a mãe conseguia providenciar supervisão para os seus filhos, o seu emprego não teria efeito sobre a delinquência.

Contudo, alguns estudos, demonstraram que o facto das mães estarem empregadas não tinha qualquer relação com a delinquência, particularmente se todas as outras variáveis fossem controladas (Nye, 1958; Simons et al.; 1989; Wells & Rankin, 1988; *cit in* Seydlitz & Jenkins, 1998).

1.1.3 Famílias Monoparentais

As famílias desfeitas, onde o pai ou a mãe estão ausentes por divórcio, morte ou encarceramento, são frequentemente apontadas como indicadores de delinquência (Rosenberg, 1972; Henggeler, 1989).

Segundo Gottfredson & Hirschi (1990), na maioria dos estudos que comparam directamente crianças que vivem com ambos os pais biológicos, com crianças que vivem com um só pai, as primeiras revelam menores índices criminais. As famílias desfeitas involuntariamente, por morte de um dos conjuges, revelam igualmente serem menos condutivas à delinquência do que aquelas envolvidas em processos de divórcio, onde os pais tiveram uma decisão activa.

Do mesmo modo, vários outros estudos encontraram relações entre as famílias de um só pai e a delinquência (Datesman & Scarpitti, 1975; Denton & Kampfe, 1994; Gold, 1970; cit in Seydlitz & Jenkins, 1998).

No entanto, alguns autores sugerem que o facto de se viver com um só pai não está relacionado com a delinquência quando outras variáveis são tidas em consideração (Barnes et al., 1994; Cernkovich & Giordano, 1987; *cit in* Seydlitz & Jenkins, 1998). Estes estudos demonstram que a qualidade das interações familiares é mais importante do que a sua estrutura.

Portanto, e de acordo com a nossa orientação psicossocial, para compreendermos adequadamente a influência do ambiente familiar na delinquência, torna-se imprescindível fazer uma análise das interações que constituem a base do processo de socialização do jovem na família.

1.2 Funcionamento e Interação Familiar

Vários factores de funcionamento e interações familiares têm sido identificados como importantes para a saúde emocional e socialização adequada dos adolescentes, nomeadamente disciplina e supervisão (Patterson & Snyder, 1987; Patterson et al, 1989; Dishion et al, 1995; Gottfredson & Hirschi, 1990), conflitos, violência e suporte familiar (Garnefsky & Okma, 1996; Henggeler, 1989; Nicholas & Bieber, 1997) e comunicação (Peiser & Heaven, 1996; Seydlitz & Jenkins, 1998).

Será então sobre estes aspectos que nos iremos debruçar, atribuindo especial atenção à violência e suporte familiar já que estes constituem parte integrante do nosso estudo.

1.2.1 Estratégias Disciplinares

A disciplina é um construto complexo que se refere a métodos utilizados pelos membros da família para desencorajar excessos a nível comportamental ou comportamentos anti-sociais nas crianças (Snyder & Patterson, 1987). São estes métodos que constituem o principal mecanismo através do qual se promove a criação na criança do auto-controlo que lhe permitirá dirigir a sua conduta de forma socialmente aceitável.

Segundo Gottfredson & Hirschi (1990), para promover o auto-control nas crianças, alguém deverá: (1) monitorar o comportamento da criança, (2) reconhecer o comportamento delinvente quando este ocorre, (3) e punir tais comportamentos. Tudo o que isto requer é afecto e investimento na criança. O resultado poderá ser uma criança mais sensível aos interesses e desejos dos outros, mais independente e com menores probabilidades de usar de força ou violência para alcançar os seus fins.

A falta de control, ou por outro lado o seu excesso, a falta de consistência no desencorajamento dos comportamentos anti-sociais e o uso de punição física têm sido associados com o comportamento delinvente quer através do «self-report», quer através das estatísticas oficiais (Snyder & Patterson, 1987; Seydlitz & Jenkins, 1998).

Akers et al (1979), assinalam a existência de uma relação positiva entre uma disciplina inadequada por parte dos pais e o consumo de álcool e marijuana dos filhos. Do mesmo modo

Peiser & Heaven (1996), concluíram através do seu estudo sobre a influência da família no comportamento delinquente auto-relatado, que a disciplina punitiva está significativamente relacionada com a delinquência em ambos os sexos e com baixa auto-estima nas mulheres.

Podemos então concluir que as famílias das crianças anti-sociais são caracterizadas por uma disciplina dura e inconsistente e pouco envolvimento positivo com a criança (Patterson et al, 1989).

1.2.2 Supervisão

Monitorar ou supervisionar é um construto que se refere à atenção por parte dos pais, quanto ao grupo de pares dos seus filhos, às suas actividades de tempo livre, e à sua proximidade física quando estão fora de casa. Uma supervisão eficaz requer comunicação clara sobre um certo número de regras relativamente à hora a que a criança deve chegar a casa depois das aulas, horários semanais e de fim-de-semana, pessoas com as quais não se devem associar e locais que não devem frequentar. Tal como estabelecer as regras, os pais deverão igualmente verificar se são cumpridas e punir quando violadas (Snyder & Patterson, 1987).

A maioria dos investigadores encontraram relações entre a inexistência de supervisão ou supervisão fraca, e delinquência (Hirschi, 1969; Dishon & Loeber, 1983; Stouthammer-Loeber et al, 1983, *cit in* Snyder & Patterson, 1987; Wilson, 1974; Gottfredson & Hirschi, 1990).

Segundo estudos quase-experimentais realizados por Forgatch (1988, *cit in* Patterson et al, 1989), mudanças na supervisão e disciplina parental são acompanhadas por uma redução

significativa no comportamento anti-social das crianças. Do mesmo modo, Seydlitz & Jenkins (1998) defendem que uma boa supervisão pode inibir a delinquência mesmo nos casos mais graves e crônicos.

Parece então, que a supervisão parental, influencia a frequência e diversidade dos comportamentos anti-sociais das crianças, tanto em casa, como na escola e restante meio envolvente. Esta supervisão tornar-se-á ainda mais importante quando a criança atravessar a fase da adolescência, já que indirectamente minimizará a probabilidade do adolescente contactar com circunstâncias, actividades e pares delinquentes (Snyder & Patterson, 1987).

1.2.3 Comunicação

Uma boa comunicação com os pais tem também demonstrado ser um bom inibidor da delinquência (Seydlitz & Jenkins, 1998). Pais que falam com os filhos, que demonstram interesse nas suas actividades escolares e preocupação a um nível geral, desenvolvem a aquisição de valores normativos e competências sociais nos seus filhos (Snyder & Patterson, 1987).

Por outro lado, comunicação pobre ou negativa por parte dos pais, parece estar relacionada com a violência e comportamentos anti-sociais dos seus filhos (Garnefsky & Okma, 1996; Peiser & Heaven, 1996). Henggeler (1989), do mesmo modo, defende que a relação mãe-filho no grupo dos ofensores tende a evidenciar menos comunicação positiva e mais comunicação negativa.

Contudo, Conger (1976, *cit in* Seydlitz & Jenkins, 1998), defende que a comunicação apenas reduz a delinquência nos rapazes se reforçada positivamente. A importância da comunicação com os pais como inibidor da delinquência pode também depender do estatuto sócio-económico, tal como postula Gold (1970, *cit in* Seydlitz & Jenkins, 1998), conversar com os pais é um forte preditor da delinquência nas classes mais baixas.

1.2.4 Violência e Conflito Familiar

A violência e os maus-tratos sobre crianças tornaram-se tópico de muita preocupação social apenas nos últimos vinte anos, no entanto, as crianças têm sido maltratadas desde a criação. Muitos investigadores analisaram a história do abuso e verificaram que quanto mais atrás fossem na história menos adequados eram os métodos de educação da criança e maiores as probabilidades das crianças serem abusadas, abandonadas, traumatizadas e até mesmo assassinadas, como forma de controlar o crescimento demográfico (Starr, 1988).

A complexidade desta temática começa, uma vez mais, pelo problema da sua definição. A discussão sobre as definições apropriadas de abuso e negligência tem sido bastante acesa e os teóricos não chegaram ainda a nenhum consenso (Emery, 1989).

As definições baseiam-se numa variedade de factores que incluem a natureza do acto em si mesmo, a forma, intensidade, frequência, impacto físico e psicológico para a vítima e a intenção do perpetrador. Definições que se baseiam apenas numa ou duas destas variáveis têm a vantagem de ser facilmente operacionalizadas mas a desvantagem de ignorar muitas outras (Emery, 1989).

Através da revisão de literatura realizada, constatamos a existência de três tipos fundamentais de abuso: sexual, físico e psicológico ou emocional (Nicholas & Bieber, 1997; Paperny & Deisher, 1983). Nós centramos-nos apenas nos dois últimos por estarem mais directamente relacionados com o nosso estudo.

O abuso físico é talvez a forma de abuso que tem recebido maior atenção pelo facto dos seus efeitos serem mais óbvios e severos (Kaufman, 1983). Tal como todos os outros este é também um conceito que gera alguma controvérsia.

Segundo a «National Clearinghouse on Child Abuse and Neglect», o abuso físico é caracterizado “(...) by the infliction of physical injury as a result of punching, beating, kicking, biting, burning, shaking or otherwise harming a child. The parent or caretaker may not have intended to hurt the child, rather the injury may have resulted from over-discipline or physical punishment” (2000, p. 2).

Contrariamente a esta definição, onde o abuso poderá não ser intencional, Wayne & Avery (1980) assinalam que o abuso físico tem sido definido como qualquer ofensa física, não accidental, numa criança, pelo pai ou outro encarregado de educação, deliberadamente ou num momento de fúria.

Na verdade, a maioria dos autores, defende que o abuso físico tem sempre implícito um acto não accidental (Kaufman, 1983; Starr, 1988).

A comparação de diferentes teorias sugere que alguns factores aumentam a probabilidade de abuso físico da criança. Entre outros, evidencia-se o facto dos pais abusivos terem sido

igualmente vítimas de abuso quando crianças (Coohey & Braun, 1997; Iwaniec, 1995; Starr, 1988).

As crianças abusadas são frequentemente descritas como apáticas, impassíveis, indiferentes e pouco espontâneas. Normalmente evitam interagir com outros pois para além das marcas físicas que carregam, estão marcados por uma incapacidade de confiar em alguém ou algo no seu ambiente. Contudo, em certos casos, as crianças identificam-se tanto com os pais abusivos que eles próprios se tornam agressivos (Kaufman, 1983).

Parece ser consensual que as crianças abusadas fisicamente apresentam mais problemas comportamentais do que aquelas que nunca foram maltratadas (Seydlitz & Jenkins, 1998; Monahan, 1981; Henggeler, 1989). Estas crianças que mantêm relações hostis com seus pais tendem a generalizar estes estilos, sendo vistos como mais hostis e agressivos no grupo de pares. Quando faltam certas qualidades parentais as crianças vêem o seu mundo como ameaçador e incontrolável, e desenvolvem estilos de personalidade mal adaptados (Dawud-Noursi, Lamb & Sternberg, 1998).

O abuso emocional ou psicológico tem também criado bastantes dificuldades para os investigadores dada a inexistência de uma definição precisa e unificada. Alguns autores tentaram fazer uma distinção entre abuso psicológico e emocional (O'Hagan, 1995 *cit in* Nicholas & Bieber, 1997), enquanto outros preferiram usar o termo maus tratos psicológicos para descrever ambos os tipos de maus tratos (Garbarino, Guttman & Seeley, 1986 *cit in* Iwaniec, 1995).

Apesar destas dificuldades, existe um crescente consenso entre os profissionais de que o abuso emocional pode ser mais perigoso no seu impacto (se persistente e severo) do que outras formas de maus tratos. O abuso emocional refere-se ao comportamento hostil por parte dos pais que provoca dano na auto-estima da criança e diminui o seu sentimento de pertença. Pais e educadores que persistentemente criticam, envergonham, ameaçam, humilham, induzem medo e ansiedade e que nunca estão satisfeitos com a performance das crianças são emocionalmente abusivos e cruéis (Iwaniec, 1995).

Segundo Iwaniec (1995), os pais emocionalmente abusivos podem também ser definidos em termos da sua negligência relativamente às necessidades básicas da criança. Estas necessidades são de dois tipos: funções de sobrevivência (e.g. alimentação, abrigo, cuidados físicos) e funções psicológicas (e.g. necessidade de amor, segurança, atenção, aceitação, educação, reconhecimento e pertença).

Quanto a nós, a definição que melhor se adapta ao presente estudo, e mediante o instrumento utilizado para avaliação do abuso emocional, será a proposta por O'Hagan (1995 *cit in* Nicholas & Bieber, 1997, p. 276) "(...) sustained, repetitive, inappropriate, emotional response to the child's experience of emotion and its accompanying expressive behavior which inflicts emotional pain upon the child (e.g. fear, humiliation, distress, despair, etc.), ...inhibits the child from spontaneous, appropriate, positive, emotional feeling and emotional expression, ... and impairs emotional development".

Para além do abuso e maus tratos, a violência familiar pode assumir outras formas. Os conflitos familiares, mesmo não envolvendo directamente a criança, podem igualmente

aumentar a probabilidade da criança que vive neste meio, se tornar violenta (Monahan, 1981).

Segundo Henggeler (1989), o comportamento delinvente está associado com baixa coesão familiar, rejeição e elevado grau de conflito. Do mesmo modo, Snyder & Patterson (1987) defendem que os membros familiares são constantemente confrontados com problemas, irritações nas suas interações com os outros membros dentro e fora da família. Para lidar com sucesso com estes problemas os membros da família deverão conseguir adoptar estratégias eficazes de solução de problemas. A falha nesta aquisição pode facilitar o desenvolvimento dos comportamento anti-sociais nas crianças e adolescentes.

À semelhança destes autores, muitos outros concluíram que os conflitos entre pais, e entre pais e filhos são preditivos do comportamento delinvente (McCord, 1979; Snyder & Patterson, 1987).

Dawud-Noursi, Lamb & Sternberg (1998), baseados na literatura, prevêm que as crianças que experienciaram violência no contexto familiar teriam mais problemas comportamentais e interpessoais, seriam menos sociais e mais agressivos, e teriam menos sucesso escolar. O desenvolvimento das crianças é afectado não apenas quando as suas relações com os pais são inadequadas ou hostis, mas também quando as relações entre os pais são conflituosas ou violentas.

Para muitos teóricos o conflito está então na base da delinquência. O conflito familiar, hostilidade parental, falta de calor humano e negligência aumenta a delinquência. A literatura

demonstra ainda que os delinquentes revelam maiores níveis de victimização e que de facto a existência do abuso distingue ofensores violentos de não violentos (Seydlitz & Jenkins, 1998).

1.2.5 Suporte Familiar

Um componente muitas vezes esquecido quando se estudam os potenciais resultados dos pais abusivos, é o possível suporte que também poderá ocorrer nas situações de abuso. Se apenas um pai é abusivo, o outro poderá estar disponível para fornecer à criança o suporte de que necessita. Muitas vezes as crianças abusadas referem igualmente sentirem-se amadas, acarinhadas e desejadas pelos pais que abusam delas, e este suporte pode ajudar de alguma forma a mitigar potenciais resultados nocivos (Nicholas & Bieber, 1997).

O apego à família não só reduz a delinquência directamente, mas também pode diminuir a exposição a um grupo de pares delincente e assim diminuir a delinquência. Adolescentes que estão ligados aos seus pais, passam mais tempo com eles, e são supervisionados tendem a ter menos probabilidades de ter amigos delinquentes e portanto a cometer menos actos delinquentes (Seydlitz & Jenkins, 1998).

A sensação de pertença e envolvimento por parte dos adolescentes na família, está negativamente associada com o comportamento delincente (Henggeler, 1989). Por outro lado, os pais dos delinquentes, tendem a ser menos afectuosos e a prestar menos suporte ao adolescente (Patterson & Snyder, 1987).

2 O AUTO-CONCEITO E O COMPORTAMENTO DELINQUENTE

O auto-conceito tem sido bastante estudado e relacionado com diferentes variáveis. A formação do auto-conceito é influenciada pelas experiências vivenciais do indivíduo desde o seu nascimento assumindo-se como um processo psicológico cujo conteúdo e dinamismo são determinados socialmente. Bee (1984), afirma que quanto mais bem sucedidas as experiências da pessoa, mais positivo será o seu auto-conceito.

O auto-conceito tem sido relacionado positivamente com o nível de satisfação familiar (Oosterwegel & Oppenheimer, 1993). Crianças que percebem suas famílias como conflituosas pontuam mais baixo no auto-conceito (Leung & Lau, 1989).

Outra das variáveis que tem sido igualmente relacionada com o auto-conceito é a delinquência. Segundo a teoria de Kaplan (1980, 1982, 1983), a baixa auto-estima predispõe a pessoa a cometer actos delinquentes.

2.1 Definição e Características do Auto-Conceito

Os estudos sobre o auto-conceito têm aumentado nos últimos vinte anos, no entanto, uma certa ambiguidade sobre o conceito ainda persiste. Segundo Marsh (1983, *cit in* Faria & Fontaine, 1990), o auto-conceito sofre do facto todos sabermos o que é.

Piers & Harris (1964), definiram o auto-conceito como um conjunto relativamente estável de atitudes face ao próprio, as quais são tanto descritivas como avaliativas. Para Shavelson et al (1976, 1982), é uma percepção individual do *self*, formada através da experiência com o meio,

interações com os outros significativos e atribuições do seu próprio comportamento. Para estes autores a um auto-conceito geral ligam-se quatro tipos de auto-conceitos: acadêmico, social, emocional e físico.

Segundo Vaz Serra (1988, p. 101), o auto-conceito pode igualmente ser definido de uma forma simples, como a “percepção que o indivíduo tem de si próprio e o conceito que devido a isso forma de si”.

Em termos gerais, e apesar de alguma diversidade na definição, parece ser consensual que o auto-conceito traduz a percepção que o sujeito tem de si próprio, e em termos específicos, que é o conjunto de atitudes, sentimentos e conhecimentos acerca das capacidades, competências, aparência e aceitabilidade social próprias e outras características pessoais. Estas percepções formam-se através da experiência nos vários contextos da vida em que o sujeito se move, nomeadamente através dos reforços do meio e dos outros significativos (Faria & Fontaine, 1990).

As divergências surgem quando se trata de operacionalizar esta definição e avaliar este construto. Por um lado Rosenberg (1985) defende o seu carácter unidimensional, por outro, Shavelson (1976, 1982), para além da multidimensionalidade, defende a existência de mais seis características críticas na definição do auto-conceito: organizado e estruturado, hierárquico, estável, desenvolvimental, avaliativo e diferenciável.

Organizado e estruturado: o sujeito organiza e estrutura as suas experiências de vida em categorias de síntese, mais simples, capazes de organizar e simplificar a experiência dando-lhe um sentido.

Multifacetado: as experiências do sujeito podem organizar-se em diferentes áreas mais abrangentes, que representam facetas específicas do auto-conceito. Cada faceta reflete o sistema de categorias adotada por um determinado ser humano e/ou compartilhado por um grupo.

Hierárquico: partindo de uma dimensão geral (auto-conceito geral) para as experiências individuais do sujeito em situações particulares e específicas.

Estável: o auto-conceito geral é estável, no entanto, à medida que descemos na hierarquia o auto-conceito passa a depender mais da especificidade das situações com as quais o sujeito se confronta, sendo portanto menos estável.

Desenvolvimental: o auto-conceito torna-se multifacetado de forma crescente, à medida que os sujeitos se desenvolvem, e passam da infância para a idade adulta.

Avaliativo e descritivo: o sujeito pode descrever-se a si próprio nas várias situações, bem como avaliar-se. Estas avaliações podem ser feitas com base num ideal (aquilo em que o sujeito aspira tornar-se) ou com base em padrões considerados importantes no seu grupo de referência.

Diferenciável: pode ser diferenciado de outros construtos com os quais estabelece relações teóricas tal como realização académica.

A multidimensionalidade do auto-conceito defendida por Shavelson (1976, 1982), bem como a sua estrutura hierárquica foram corroboradas em variados estudos, refutando assim a teoria

de Rosenberg (1985). Os mais recentes apontam para a existência de vários conceitos em áreas específicas na base da hierarquia, de um auto-conceito geral no topo, e de três factores de segunda ordem numa posição intermédia: dois factores no domínio académico (conceito de competência linguística e conceito de competência matemática) relativamente independentes um do outro, e um factor não académico (Fontaine, 1991; Marsh, 1989).

2.2 O Desenvolvimento do Auto-Conceito

A criança não possui uma imagem já feita sobre si própria quando nasce. Constrói-a através da experiência e sobretudo da observação das reacções dos outros à sua pessoa e das opiniões que ouve (Vaz Serra, 1988).

Damon & Hart (1988), sugerem uma trajectória do conteúdo das auto-descrições que vai desde a infância à adolescência, atravessando quatro níveis. Em cada um destes níveis desenvolvimentais poderemos encontrar descrições comportamentais, sociais e psicológicas qualitativamente diferentes.

No nível um, o *self* é entendido como uma categoria separada, por exemplo, as crianças mais novas irão descrever comportamentos ou estados de humor momentâneos, sentimentos, preferências ou aversões. No nível dois (do meio para o final da infância), o *self* é definido comparativamente, em relação aos outros, ou às normas estandardizadas. No nível três (início da adolescência), os atributos ou habilidades sociais que influenciam as interacções com os outros são proeminentes. No nível quatro (final da adolescência), o *self* é descrito de acordo com as crenças, filosofias pessoais e planos de vida incluindo dimensões de escolha pessoal e padrões morais.

Estas trajetórias desenvolvimentais, representam a aquisição de formas qualitativamente diferentes de auto-descrição, à medida que a pessoa se move da infância para a adolescência.

Montemayor & Eisen (1982) realizaram um estudo partindo do princípio que as crianças se descreviam em termos concretos tal como através da aparência física, enquanto que os adolescentes se descreveriam em termos mais abstractos, psicológicos e interpessoais.

Os resultados deste estudo suportam a hipótese geral que com o aumento da idade o auto-conceito do indivíduo torna-se mais abstrato e menos concreto. As crianças descrevem-se em termos concretos referindo o seu endereço, aparência física, actividades, parecendo indiferenciados das outras crianças, enquanto que os adolescentes usam descrições mais abstractas e subjectivas tal como crenças pessoais, motivacionais e características interpessoais.

Como forma de fornecer um quadro mais esclarecedor sobre as diferenças nas auto-descrições, os autores escolheram três auto-descrições típicas de diferentes idades. Assim, uma criança de nove anos refere-se à sua idade, sexo, gostos e endereço e descreve-se da seguinte forma:

O meu nome é Bruce C. Eu tenho olhos castanhos. Eu tenho cabelo castanho. Eu tenho sobranceiras castanhas. Eu tenho nove anos de idade. Eu gosto de desportos. Eu tenho sete pessoas na minha família. Eu tenho muitos amigos. Eu vivo na rua Dr. Pinecrest, nº 1923. Eu sou um rapaz. Eu tenho um tio com quase dois metros de altura. A minha escola é Pinecrest. A minha professora é a Sra. V. Eu jogo hockey! Eu sou quase o rapaz mais esperto da minha turma. Eu gosto de comida. Eu gosto de ar fresco. Eu gosto da minha escola. (p. 294)

A próxima auto-descrição pertence a uma rapariga de 11 anos. Embora refira frequentemente os seus gostos, enfatiza igualmente as suas características interpessoais e personalísticas.

O meu nome é A. Eu sou um ser humano. Sou uma rapariga. Eu sou uma pessoa verdadeira. Eu não sou bonita. Eu sou mais ou menos nos estudos. Eu sou muito boa violoncelista. Eu sou muito boa pianista. Eu sou um pouco alta para a minha idade. Eu gosto de vários rapazes. Eu gosto de várias raparigas. Eu sou antiquada. Eu jogo ténis. Eu sou uma boa nadadora. Eu tento ser útil. Eu estou sempre pronta para fazer amizade com alguém. Normalmente sou boa mas por vezes perco a cabeça. Há rapazes e raparigas que não gostam de mim. Eu não sei se os rapazes gostam de mim ou não. (p.294)

O último exemplo pertence a uma adolescente de 17 anos. Note-se a grande ênfase na descrição interpessoal, estados de humor característicos e o largo número de referências ideológicas e crenças.

Eu sou um ser humano. Eu sou rapariga. Eu sou uma pessoa. Eu não sei quem sou. Eu sou peixes. Eu não sou temperamental. Eu sou uma pessoa indecisa. Eu sou uma pessoa ambiciosa. Eu sou uma pessoa muito curiosa. Eu não sou uma pessoa. Eu sou solitária. Eu sou Americana (Deus me ajude). Eu sou democrata. Eu sou uma pessoa liberal. Eu sou radical. Eu sou conservadora. Eu sou pseudoliberal. Eu sou ateísta. Eu não sou uma pessoa classificável (i. e., Eu não quero ser!). (p. 294)

Além desta crescente capacidade de abstracção e racionalização, as modificações nas capacidades de comunicação constituem um outro factor com implicações no conceito de si próprio e são importantes para a adaptação social. A comunicação com os outros aumenta em parte, pelas modificações nas capacidades cognitivas e por outro lado, pela liberdade de movimento através dos grupos e relações sociais. Podemos dizer que à medida que o adolescente desenvolve a sua comunicação com os outros, aprende mais sobre si próprio.

2.3 O Auto-Conceito em Função da Idade

Numerosas e por vezes rápidas mudanças ocorrem durante a adolescência. Fisicamente os adolescentes aumentam de peso e altura e adquirem novas características. O corpo sofre mudanças à medida que o indivíduo passa da fase infantil para a idade adulta. Socialmente o seu mundo também vai alargando. Estas mudanças parecem afectar emocionalmente os adolescentes manifestando-se na falta de auto-confiança, sentimentos de inferioridade, medo de cometer erros e timidez. A questão que se põe frequentemente é se estes sentimentos afectam o auto-conceito ou se este se mantém estável enquanto os adolescentes atravessam estas mudanças (Chiam, 1987).

Parece ser consensual que o auto-conceito muda com a idade (Chiam, 1987; Fontaine, 1991; Marsh, 1989), a grande questão que se coloca é de que forma.

Marsh et al (1984), utilizando o *Self Description Questionnaire I* (SDQ-I) com alunos do 2º ao 5º ano de escolaridade, observaram uma progressiva redução do nível do conceito de si próprio com a idade, com excepção da dimensão associada às relações com os pais, que não se modifica, e da associada às relações com os pares, cuja redução se manifesta unicamente até ao 4º ano de escolaridade.

Enquanto que Marsh et al (1984) consideram que a duração do período de diferenciação se opera essencialmente até à pré-adolescência (5º ano de escolaridade), outros autores, tal como Fontaine (1991) constatam que se prolonga pelo menos até ao meio da adolescência.

Fontaine (1991) avaliando o auto-conceito de crianças e adolescentes portugueses do 5º ao 9º ano de escolaridade, com os mesmos instrumentos utilizados por Marsh, verificou a redução nos níveis de auto-conceito com o nível de escolaridade, sinal de realismo crescente. Este estudo não revela sinais de estabilização para qualquer dimensão do auto-conceito, com excepção do conceito de aparência física cuja redução é travada a partir do 7º ano.

Num estudo posterior, Marsh (1989), à semelhança de Fontaine, encontrou variações do auto-conceito durante a adolescência até ao início da fase adulta. Este autor constatou um declínio do auto-conceito durante a pré-adolescência, continuando a declinar no início e meio da adolescência, aumentando no final da mesma e início da fase adulta.

Uma vez que o auto-conceito se constrói em interacção com o meio, é legítimo esperar que certos factores relativos ao contexto, certas expectativas sociais possam influenciar o seu desenvolvimento. Deste modo, a investigação tem também procurado descobrir diferenças em função do sexo e em função da percepção das interacções familiares, às quais nos referiremos de seguida.

2.4 O Auto-Conceito em Função do Género

É por todos nós conhecido o facto de que socialmente se espera que homens e mulheres desempenhem papéis diferentes na sociedade. Alguns acreditam que diferenças fisiológicas adaptam naturalmente os sexos para os diferentes papéis. No entanto, muitos sociólogos acreditam que são os diferentes padrões de socialização que guiam as mulheres e os homens em direcções diferentes (Rosenberg & Simmons, 1992).

Apesar dos resultados dos vários estudos não serem totalmente convergentes, de facto, as diferenças geralmente observadas vão no sentido dos estereótipos tradicionais: superioridade dos rapazes no conceito de competência matemática e das raparigas no conceito de competência verbal e noutras matérias escolares em geral. Os rapazes têm ainda um conceito de competência e aparências físicas superior ao das raparigas (Marsh, 1989).

É de ressaltar, contudo, que os resultados de estudos portugueses recentes não corroboram totalmente estes resultados. No estudo de Fontaine (1991) não há diferenças entre sexos no conceito de competência em matemática e, no estudo de Veiga (1990, *cit in* Fontaine, 1991), os rapazes têm um conceito de competência académica superior ao das raparigas, enquanto nenhuma diferença se observa no domínio físico.

Lau & Leung (1992), defendem igualmente que a base do auto-conceito não é igual nos rapazes e raparigas, estes autores defendem que os rapazes estão mais preocupados com a realização, enquanto que as raparigas estão mais preocupadas com as relações interpessoais. Os rapazes orgulham-se de serem espertos e as raparigas de gostarem delas.

2.5 Relação entre o Auto-Conceito e a Percepção das Interações Familiares

A influência e o papel das instituições de socialização, nomeadamente da família, no desenvolvimento do auto-conceito é consensual (Fontaine, Campos & Musitu, 1992; Veiga, 1988; Song & Hattie, 1984; Oostewegel & Oppenheimer, 1993). O impacto da interacção pais-filhos no desenvolvimento do auto-conceito dependerá da percepção dessa interacção pelos filhos. Por isso, este processo de desenvolvimento durante a adolescência poderá ser

melhor compreendido se forem avaliadas as representações do adolescente relativas à relação educativa no seio da sua família.

Partindo desta hipótese, Fontaine, Campos & Musitu (1992) demonstraram a existência de níveis mais elevados nas várias dimensões do auto-conceito para as famílias de tipo apoiante e níveis mais baixos nas famílias de tipo autoritário, situando-se os adolescentes das famílias negligentes ou exigentes geralmente numa posição intermédia. Parece ser mais a dimensão de apoio parental do que a dimensão de controle que favorece um desenvolvimento de um auto-conceito positivo na adolescência.

Num outro estudo, Veiga (1988), analisou a relação entre disciplina materna, auto-conceito e rendimento escolar, em alunos com idades compreendidas entre os 11 e os 17 anos. Este autor constatou que os alunos que classificaram as mães como compreensivas revelavam valores mais elevados na maioria dos factores do auto-conceito do que os alunos que classificaram as mães como autoritárias. Através deste estudo concluiu que altos níveis de interacção pais-filhos, neste caso, mães-filhos, estão associados com altos níveis de auto-conceito e ainda, em menor grau, com o rendimento escolar.

Pekrun (1990, *cit in* Oostewegel & Oppenheimer, 1993), estudou a influência dos pais, professores e grupo de pares no auto-conceito académico e na auto-estima de crianças do 5º ao 8º ano de escolaridade. Embora tanto o suporte oferecido pelos pais, como pelos professores e grupo de pares estivessem correlacionados com o auto-conceito académico, o suporte dos professores revelou correlações mais elevadas. Por outro lado, a auto-estima parece estar mais altamente correlacionada com o suporte familiar e aceitação parental.

Do mesmo modo, Song & Hattie (1984), estudaram a relação existente entre o ambiente familiar, o auto-conceito e a realização académica em alunos com idades compreendidas entre os 14 e 15 anos. Tal como esperavam concluíram que as características psicológicas da família exercem impacto directo no auto-conceito e indirecto na realização académica.

Cooper (1983, *cit in* Veiga, 1988), num trabalho de relevante interesse, concluiu que os alunos com uma percepção negativa do clima familiar tendem a apresentar baixos níveis de auto-conceito, contrariamente aos que experienciam apoio e proximidade dos pais.

2.6 Relação entre o Auto-Conceito e o Comportamento Delinvente

Um crescente consenso entre os investigadores da delinquência apontam no sentido de que nenhuma das abordagens teóricas por si só, consegue explicar a delinquência na sua totalidade e que portanto as abordagens deverão ser integradas. Um elemento teórico que poderá ser útil na organização destas diversas explicações da delinquência é o auto-conceito. Tal integração assume que as diferenças no ambiente social dos adolescentes se reflete na estrutura e conteúdo do auto-conceito e que este regula ambos os comportamentos intrapessoais e interpessoais. O auto-conceito é então um importante aspecto para muitas explicações do comportamento delinvente (Oyserman & Markus, 1990).

Contudo, os esforços para compreender o auto-conceito dos delinquentes não tem ido muito além do estudo da auto-estima (e.g. Gold, 1982; Henggeler, 1989), e a auto-estima por si só não emerge como um forte predictor da delinquência.

Num estudo recente, Lau & Leung (1992), examinaram a relação existente entre o auto-conceito dos adolescentes Chineses, a delinquência, a relação com os pais e com a escola e a sua percepção do controlo interno. Os resultados demonstraram que o controlo externo está associado com baixo auto-conceito geral, altos níveis de delinquência e relações pobres com pais e escola.

Do mesmo modo, a revisão de literatura realizada por Curtis (1991), no seu estudo sobre a relação entre o auto-conceito das mães e das suas filhas adolescentes com o comportamento, aponta para altos níveis de delinquência nos adolescentes com auto-conceito pobre e em contrapartida, para baixos níveis de delinquência nos adolescentes com auto-conceitos favoráveis e com boas relações com os pais do mesmo sexo.

Bryan & Freed (1982), referem que os sujeitos que declaram ter recebido mais castigos corporais apresentam níveis inferiores de auto-conceito e maior número de problemas, tais como a agressão, a delinquência e a depressão.

Com o presente estudo pretendemos mais uma vez reforçar as relações existentes entre a delinquência, baixos auto-conceitos e pobres relações e suporte familiar.

III. PRINCIPIOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS

A prática científica do Psicólogo Social e do Trabalho deverá ter sempre por base alguns princípios éticos e deontológicos, pois se por um lado temos a necessidade de efectuar dada investigação, por outro deveremos ter sempre presente que estamos a trabalhar com seres humanos que como tal têm direito à privacidade e à dignidade humana (Almeida & Freire, p.195). Também no decorrer de todo este trabalho procuramos ter sempre presente alguns princípios.

Com o intuito de regulamentar toda a prática psicológica em geral, a *American Psychological Association* (A.P.A.) editou alguns princípios deontológicos. Centrar-nos-emos aqui sobre aqueles mais directamente relacionados com esta investigação.

Mesmo antes de iniciar a sua pesquisa, o investigador deverá avaliar a aceitabilidade ética do seu estudo evitando que o mesmo ponha em causa os direitos dos participantes e os prejudique de alguma forma. Caso se revele necessário, o investigador deverá realizar um contrato com os sujeitos onde enuncie as obrigações, direitos e responsabilidades de ambas as partes, para que possam consentir estando devidamente informados sobre possíveis aspectos que os poderão vir a afectar. Se da investigação participarem sujeitos menores ou que de alguma forma vejam a sua autonomia limitada, dever-se-á implicar os encarregados de educação. Ao participante deverá ser sempre reservado o direito de recusar participar da investigação, em qualquer uma das suas fases.

Os objectivos do estudo só deverão ser ocultados quando se revele extremamente necessário e então divulgados na chamada entrevista pós experimental de forma a inteirar o sujeito do que

se passou e do porquê da não revelação à priori dos objectivos. Uma vez que para o nosso estudo não se revelou necessária tal ocultação, os objectivos foram explicitados aquando da administração dos questionários.

A confidencialidade dos dados e resultados obtidos deverá ser sempre assegurada “excepto se algum acordo em sentido contrário foi estabelecido com os participantes” (Almeida & Freire p.197). Todas as referências e dados da investigação, quer em reuniões, aulas ou publicações não podem colocar em causa a confidencialidade. No presente estudo garantimos o anonimato dos participantes uma vez que não era solicitado qualquer elemento identificativo dos sujeitos.

Para além de todas as questões éticas da relação do investigador com o seu objecto de estudo, deverão igualmente ser ponderadas as questões relativas à metodologia da investigação psicológica, bem como as relativas à aplicabilidade dos resultados da investigação (Almeida & Freire, 1997).

VI. ESTUDO EMPÍRICO

1. JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO

Através da revisão de literatura realizada, constatamos que a delinquência na adolescência se traduz num problema de grande escala a nível social que envolve variados determinantes que assumem diferentes graus de importância. No entanto, uma resposta à questão “o que é ser delinquente”, não se afigura nem simples nem linear.

A nós pareceu-nos importante estudar a delinquência na sua interacção com a família e o auto-conceito, uma vez que por um lado, estes factores traduzem uma realidade quer sociológica, quer intra-individual, e por outro vários autores evidenciaram o seu peso como factores explicativos de variados padrões comportamentais.

Será ainda de salientar o facto de que o interesse particular por este tema surgiu no decorrer do estágio realizado no Instituto de Reinserção Social do Ministério da Justiça, depois do acompanhamento de alguns menores em situação de risco que além de evidenciarem disfuncionamentos a nível comportamental, quer no seio familiar, quer na escola, revelaram maior propensão para a adopção de comportamentos anti-sociais, particularmente pequenos furtos, associação com pares delinquentes e mau comportamento na escola.

1.1 Objectivos

1. Analisar a relação existente entre as variáveis do ambiente familiar (violência e suporte) e o comportamento anti-social dos adolescentes.
2. Analisar a relação existente entre o auto-conceito e os comportamentos anti-sociais.
3. Procurar encontrar a existência, ou não, de diferenças significativas a nível da adopção de comportamentos anti-sociais, auto-conceito, e relações familiares percebidas, em função do género e idade.

1.2 Hipóteses

A nível geral, de acordo com os modelos teóricos de partida e as conclusões dos trabalhos revistos esperamos:

1. Que quanto maior o nível de suporte familiar percebido pelos adolescentes, menor a probabilidade de adopção de comportamentos anti-sociais;
2. Que quanto maior a violência familiar percebida, maior a probabilidade de adopção de comportamentos delinquentes;
3. Que quanto maior o auto-conceito, menor a probabilidade de realização de actividades delinquentes em geral;
4. Que a violência familiar revele maiores valores percentuais na explicação dos comportamentos anti-sociais;
5. Que os níveis mais elevados de delinquência sejam encontrados entre o sexo masculino;
6. Que os comportamentos anti-sociais comecem a declinar no final da adolescência e início da fase adulta.

2. AMOSTRA

A amostra, constituída por adolescentes de idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos de idade, é composta por 258 elementos, entre os quais 120 são do sexo feminino e 138 do sexo masculino. Esta amostra, recolhida na Escola Secundária Filipa de Vilhena, faz parte de uma população de 890 alunos distribuídos do 9º ao 12º ano de escolaridade, nomeadamente 77 do 9º ano, 321 do 10º ano, 231 do 11º ano e finalmente 261 do 12º ano.

Assim sendo, e procurando abranger um número equivalente de adolescentes por idade e por sexo, os questionários foram administrados a todos os alunos do 9º ano presentes no momento (distribuídos por três turmas), a seis elementos de cada turma do 10º e 11º anos (distribuídos por doze turmas em cada ano) e a sete elementos de cada turma do 12º ano (distribuídos por dez turmas) aproximadamente. Note-se que esta amostra é constituída por elementos de todas as áreas vocacionais (desde científico-naturais a arte e design), como forma de controlar possíveis variáveis parasita.

A administração dos questionários aos alunos do 9º ano foi realizada em horário de direcção de turma e na presença da respectiva Directora de Turma. Todos os alunos do 10º ao 12º ano foram escolhidos aleatoriamente pelos respectivos professores de Educação Física e encaminhados para uma sala destinada apenas à administração do questionário.

A tabela que em seguida apresentamos permite uma análise mais atenta à constituição final da amostra.

TABELA I. Distribuição da Amostra por Idade, Sexo e Ano de Escolaridade

ESCOLARIDADE		IDADE					Total	
		14 Anos	15 Anos	16 Anos	17 Anos	18 Anos		
9º ano	SEXO	masculino	19	8	6	2	35	
		feminino	16	13	4	1	34	
	Total		35	21	10	3	69	
10º ano	SEXO	masculino		16	6	1	2	25
		feminino		24	9	6	2	41
	Total			40	15	7	4	66
11º ano	SEXO	masculino			17	6	5	28
		feminino		2	13	11	6	32
	Total			2	30	17	11	60
12º ano	SEXO	masculino				20	14	34
		feminino			1	17	11	29
	Total				1	37	25	63
TOTAL			35	63	56	64	40	258

3. MEDIÇÃO DAS VARIÁVEIS

A variável dependente do nosso estudo será, tal como já assinalamos, os comportamentos delinquentes dos adolescentes.

De acordo com os objectivos do nosso estudo, e assumindo que o nosso interesse é o de analisar a delinquência enquanto infracção, tanto às normas sociais como às leis jurídicas, e relativamente à consciência que o indivíduo tem do seu próprio comportamento, consideramos o «self-report» como um método válido de avaliação do grau de implicação dos sujeitos neste tipo de actividades.

Como tal, para operacionalizar a variável delinquência, utilizamos o «Cuestionario de Conductas Antisociales» (CCA) de Lourdes Mirón (1990), de auto-preenchimento, depois de devidamente traduzido e previamente testado a uma amostra de doze sujeitos com características similares à da amostra utilizada neste estudo.

Quanto às variáveis independentes do nosso estudo, tal como já referimos, serão a violência familiar, nomeadamente emocional e física, o suporte familiar e o auto-conceito.

Para operacionalizar a violência e o suporte familiar utilizamos o «Exposure to Abusive and Supportive Environments Parenting Inventory» (EASE-PI) de Karen Nicholas e Stephen Bieber (1997), do qual retiramos apenas as sub-escalas relativas às variáveis que pretendíamos medir. Por último, o auto-conceito, foi operacionalizado através do Inventário Clínico de Auto-Conceito (ICAC) de Adriano Vaz Serra (1986).

Todos os instrumentos aqui utilizados foram sujeitos a um processo de adaptação ao nível da apresentação, tradução e instruções, à excepção do Inventário Clínico de Auto-Conceito (ICAC), que conservamos na sua forma original (vide anexo 1).

Constituem-se ainda como variáveis sócio-demográficas da nossa investigação o género (masculino e feminino), e a idade (entre os 14 e os 18 anos de idade), essenciais para cumprimento dos nossos objectivos.

Em seguida, apresentamos uma descrição mais detalhada das características e qualidades psicométricas de cada um dos instrumentos utilizados.

3.1 Questionário de Condutas Anti-Sociais (CCA)

A necessidade sentida pela autora, de criar um novo instrumento de avaliação da conduta desviada dos adolescentes foi determinada pela inexistência de um questionário ou escala que incluísse tanto os delitos mais leves como os delitos contra pessoas e os relacionados com o consumo de drogas.

A escala final, traduz-se numa escala ordinal constituída por 82 itens, agrupados em cinco dimensões: Infracção às normas (13 itens), Vandalismo (17 itens), Roubo (17 itens), Agressão (13 itens) e Consumo de Drogas (22 itens), que devem ser respondidos, numa escala de resposta tipo Likert de quatro pontos, que abarca desde “Nunca” até “Com frequência” (vide anexo 2). Deste modo, torna-se possível obter uma pontuação do sujeito em cada um dos tipos de conduta estabelecidos, bem como uma pontuação total nas actividades antisociais. Note-se que este instrumento se destina a ser utilizado com adolescentes.

Na opinião da própria autora, este instrumento “(...) possibilita a análise diferenciada da cada um dos tipos de conduta antisocial mais frequentes entre os jovens; tem em conta a frequência de realização da conduta, foi realizado tomando como ponto de referência para a validação dos itens um critério “objectivo” de delinquência; e está destinado a um grupo específico de idade: os adolescentes” (Mirón, 1990, p. 364).

Relativamente às características psicométricas a consistência interna (alfa de Cronbach) obtida tanto para a escala total (.98), como para cada uma das suas dimensões (oscila entre .87 e .95), é altamente aceitável. No que respeita à validade, a autora considera que está

assegurada, tanto pela fonte de procedência dos itens como pela capacidade dos mesmos em estabelecer diferenças significativas entre delinquentes e não delinquentes.

Esta escala foi igualmente por nós submetida à prova do Alpha de Cronbach onde revelou um coeficiente de estandardização de 0.93 na escala total, e valores entre 0.74 e 0.94 nas sub-escalas (vide anexo 3). Deste modo, podemos afirmar que embora tenhamos obtido valores um pouco inferiores aos obtidos pela autora, a nível do alpha de Cronbach, esta escala continua a possuir um nível de consistência interna bastante satisfatório, mesmo depois de traduzida.

3.2 Inventário Clínico de Auto-Conceito

Sendo o auto-conceito um fenómeno íntimo e pessoal, as escalas a ele relativas são necessariamente, de auto-avaliação, tal como o instrumento atrás descrito, e não de avaliação por observador (Vaz Serra, 1986).

Vaz Serra apresentou em 1985¹ o Inventário Clínico de Auto-Conceito (vide anexo 4), que consiste numa pequena escala ordinal tipo Likert de cinco pontos, que vai desde o “Não Concordo” ao “Concordo muitíssimo” e que procura medir aspectos sociais e emocionais do auto-conceito (Vaz Serra, 1988).

Este instrumento é composto por 20 itens, onde cinco dos quais são formulados na negativa e portanto a sua pontuação é invertida, agrupados em quatro dimensões: Aceitação /Rejeição (5 itens), Auto-Eficácia (6 itens), Maturidade Psicológica (4 itens) e Impulsividade/Actividade (3 itens). De modo geral a escala está concebida de forma a que as pontuações vão subindo

da esquerda para a direita obtendo-se no final, a soma total dos itens. Quanto mais alto o valor, melhor o auto-conceito do sujeito.

A dimensão Aceitação/Rejeição Social, indica o grau em que o sujeito experimenta sensações de rejeição e desagrado social, ou por outro lado, aceitação ou agrado social. A dimensão Auto-Eficácia realça os aspectos de enfrentar e resolver problemas e dificuldades, indicando independência quando o sujeito obtém pontuações elevadas, ou dependência quando o sujeito pontua baixo neste factor.

Estes factores em conjunto são os que melhor definem como o indivíduo se percebe a si próprio, contudo os dois restantes, apesar de serem mais difíceis de definir, não deixam de ser significativos (Vaz Serra, 1986).

A fim de avaliar a consistência interna do instrumento o autor utilizou o coeficiente de Spearman-Brown obtendo um coeficiente de .791. Na opinião do próprio autor "(...) os itens que constituem a escala revelam um bom poder discriminatório, não são sensíveis a diferenças de sexo e, no conjunto, mostram ter boa consistência interna e estabilidade temporal". Quanto à validade de construto "não deixou de revelar uma boa correlação, altamente significativa, entre a forma como uma pessoa se classifica a si própria e a nota global de auto-conceito revelada na escala" (Vaz Serra, 1986, p.82).

Tal como procedemos para a anterior escala, este instrumento foi igualmente submetido à prova do Alpha de Cronbach onde revelou um valor 0.74 para a escala total, e valores entre 0.37 e 0.63 para as sub-escalas (vide anexo 5).

¹ Trabalho apresentado no I Congresso Português de Terapia Comportamental a 25 de Outubro de 1985

3.3 Exposure to Abusive and Supportive Environments Parenting Inventory (EASE-PI)

Os procedimentos utilizados pelos autores para o desenvolvimento deste instrumento foram específicos para a população alvo dos jovens adultos. A conceptualização foi utilizada, não no sentido de tentar definir abuso, mas sim para aceder a aspectos importantes das relações pais-filhos, incluindo comportamentos que foram julgados como abusivos mas que podem ou não, ser experienciados como abusivos por um indivíduo em particular (Nicholas & Bieber, 1997).

Este instrumento procurou ainda aceder às dimensões comuns dos comportamentos abusivos (emocional, físico e sexual), dimensões comuns de comportamentos de suporte, e aplicáveis à percepção dos pais e das mães pelos filhos

A intenção dos autores foi construir um instrumento que fosse sensível às subtilezas e que medisse, não apenas comportamentos altamente abusivos, mas também comportamentos que não se encontrassem no extremo do contínuo.

O «Exposure to Abusive and Supportive Environments Parenting Inventory» (EASE-PI), é mais uma vez uma escala ordinal, composta por 42 itens, distribuídos por três escalas que representam o Abuso Emocional, Físico e Sexual, e 28 itens distribuídos por três escalas que representam o Suporte, Promoção da Independência e Modelagem.

Para a nossa investigação foram utilizadas apenas três sub-escalas (vide anexo 6): Abuso Emocional (19 itens), Abuso físico (13 itens) e Suporte (16 itens). Mais uma vez trata-se de uma escala tipo Likert de cinco pontos, em que o sujeito refere a maior ou menor frequência com que experienciou certos comportamentos através das cinco possibilidades de resposta que

vão desde o “Nunca” ao “Com Frequência”. Cada item é apresentado em duplicado, correspondendo o primeiro a um comportamento adoptado pelo pai e o segundo adoptado pela mãe. As escalas por nós utilizadas do EASE-PI demonstraram elevada consistência interna, nomeadamente valores entre 0.94 e 0.74 (vide anexo 7).

4. ANÁLISE ESTATÍSTICA REALIZADA

Tendo em consideração as variáveis presentes na investigação, foram realizadas, através do SPSS, análises descritivas que permitem o cálculo das pontuações médias e do desvio padrão de cada uma delas.

Com o objectivo de encontrar diferenças significativas entre as variáveis sócio-demográficas (idade e género) e as variáveis psicossociológicas (comportamentos anti-sociais, auto-conceito, violência e suporte familiar), foram realizadas análises diferenciais, ou seja, calculamos o t de Student para o género e a Análise de Variância (Anova one Way) para a idade.

Efectuamos ainda uma análise correlacional através do r de Pearson, a fim de comprovar a existência, ou não, de alguma correlação significativa entre as variáveis.

No que concerne à Análise Preditiva, utilizamos a análise linear de regressão múltipla através do método Stepwise. Esta análise de regressão foi realizada tendo como variável de critério (dependente) os comportamentos anti-sociais e cada uma das suas dimensões, e como variáveis preditivas o auto-conceito e a violência e o suporte familiar em todas as suas dimensões.

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

5.1 Análise Descritiva

De seguida serão apresentadas as análises descritivas dos comportamentos anti-sociais em geral, bem como do auto-conceito e da violência e suporte familiar, em função do género e idade, permitindo a análise das pontuações médias e do desvio padrão em cada uma das variáveis.

TABELA II. Os Comportamentos Anti-Sociais em função do Género e da Idade

		Média	Desvio Padrão	Nº de casos
Amostra Total		95.8	13.8	258
MASCULINO		99.3	16.8	122
FEMININO		92.6	9.4	136
IDADES	14 anos	93.9	9.7	35
	15 anos	94.1	11.5	63
	16 anos	94.8	13.3	56
	17 anos	97.0	13.9	64
	18 anos	99.7	19.5	40

Amplitude da escala (82-328)

Verifica-se que a pontuação média da amostra total ($M= 95.8$; $DP= 13.8$) não apresenta valores elevados em relação aos comportamentos anti-sociais, já que a amplitude máxima da escala é de 328 (82×4) pontos. No entanto, é de salientar, que os comportamentos anti-sociais são substancialmente mais elevados no sexo masculino ($M= 99.3$; $DP= 16.8$), do que no feminino ($M= 92.6$; $DP= 9.4$), tal como podemos observar no gráfico que se segue.

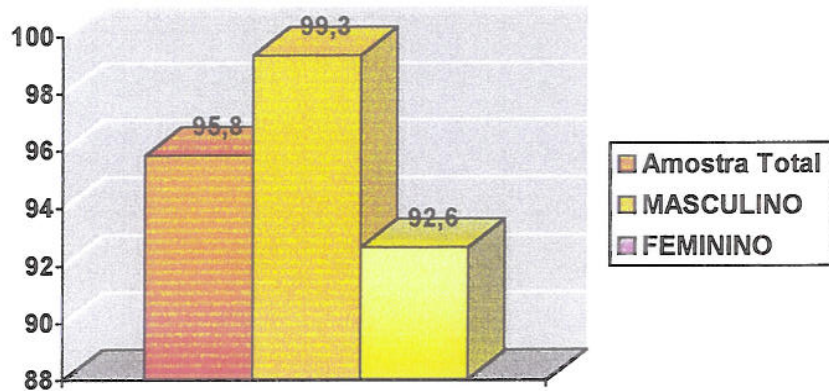


GRÁFICO I. A Média dos Comportamentos Anti-Sociais por Sexo

Verifica-se ainda, que é no grupo dos 18 anos que os comportamentos anti-sociais são mais elevados (M= 99.7; DP= 19.5), seguido do grupo dos 17 anos (M= 97.0; DP= 13.9) e diminuindo à medida que diminui a idade.

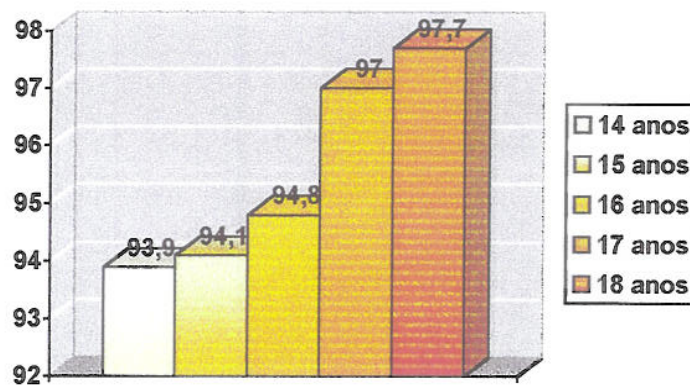


GRÁFICO II. A Média dos Comportamentos Anti-Sociais por Idade

TABELA III. O Auto-Conceito em função do Género e da Idade

		Média	Desvio Padrão	Nº de casos
Amostra Total		68.2	6.7	258
MASCULINO		67.9	6.8	122
FEMININO		68.5	6.7	136
IDADES	14 anos	69.5	7.4	35
	15 anos	67.3	6.2	63
	16 anos	67.5	7.9	56
	17 anos	68.4	6.4	64
	18 anos	69.3	5.7	40

Amplitude da escala (20-100)

Através do quadro podemos constatar, que a pontuação média da amostra total, relativamente ao auto-conceito é elevada ($M= 68.2$; $DP= 6.7$), porque a amplitude máxima da escala é de 100 pontos (20×5). O auto-conceito revela-se mais elevado no sexo feminino ($M= 68.5$; $DP=6.7$) do que no sexo masculino ($M= 67.9$; $DP= 6.8$), embora que muito ligeiramente, e nas idades extremas da adolescência (14 anos: $M= 69.5$; $DP= 7.4$ e 18 anos: $M= 69.3$; $DP= 5.7$).

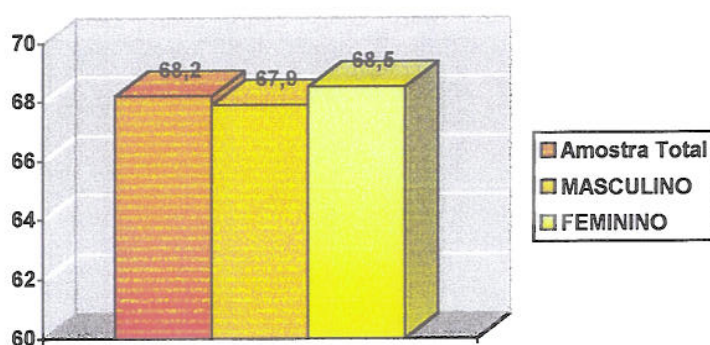


GRÁFICO III. A Média do Auto-Conceito por do Sexo

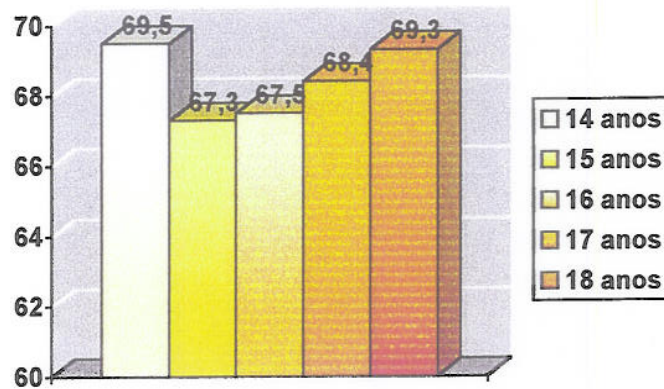


GRÁFICO IV. A Média do Auto-Conceito por Idade

TABELA IV. O Suporte Familiar em função do Género e da Idade

		Média	Desvio Padrão	Nº de casos
Amostra Total		124.4	25.57	254
MASCULINO		122.1	26.4	121
FEMININO		126.5	24.6	133
IDADES	14 anos	126.0	23.3	35
	15 anos	125.5	25.4	62
	16 anos	122.3	29.6	54
	17 anos	124.4	22.1	63
	18 anos	124.5	27.9	40

Amplitude da escala (32-160)

Podemos verificar que a pontuação média da amostra total ($M= 124.4$; $DP= 25.57$) apresenta valores elevados relativamente ao suporte, pois a amplitude máxima da escala é de 160 pontos (32×5). Os valores obtidos relativamente ao suporte revelam-se bastante próximos, quer relativamente ao género, quer relativamente à idade. No que diz respeito ao género o sexo

feminino pontua ligeiramente acima do sexo masculino ($M= 126.5$; $DP= 24.6$), e no respeitante à idade pontuam mais alto os sujeitos de 14 anos ($M= 126.0$; $DP= 23.3$).

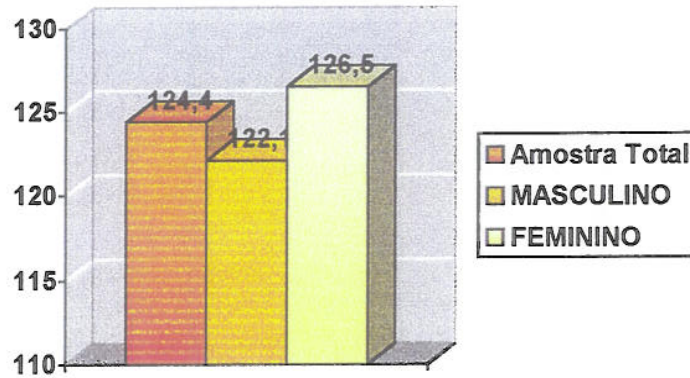


GRÁFICO V. A Média do Suporte Familiar por Sexo

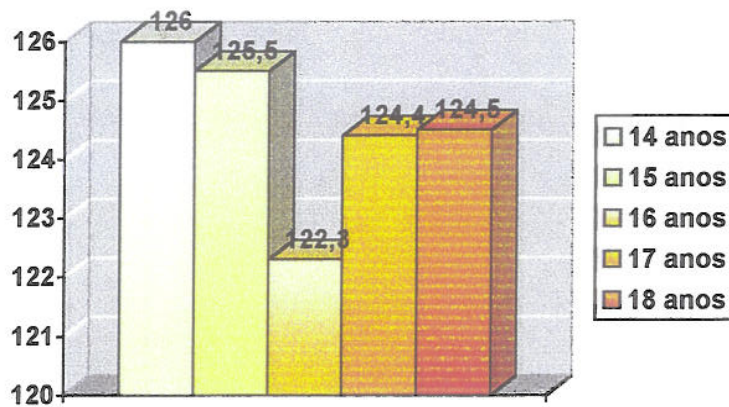


GRÁFICO VI. A Média do Suporte Familiar por Idade

TABELA V. A Violência Física em função do Género e da Idade

		Média	Desvio Padrão	Nº de casos
Amostra Total		30.2	5.5	255
MASCULINO		30.1	5.4	121
FEMININO		30.4	5.5	134
IDADES	14 anos	29.8	5.8	35
	15 anos	29.7	5.1	62
	16 anos	31.1	6.2	54
	17 anos	30.3	4.3	64
	18 anos	30.4	6.4	40

Amplitude da escala (26-130)

Relativamente à variável violência física, note-se que a média da amostra total é bastante baixa ($M= 30.2$; $DP= 5.5$), já que a amplitude máxima da escala é de 130 pontos (26×5). Ambos os sexos apresentam médias equivalentes (Masculino: $M=30.1$; $DP= 5.4$ e Feminino: $M= 30.4$; $DP= 5.5$) e é nos 16 anos que se regista a média mais elevada relativamente à violência física percebida ($M= 31.1$; $DP= 6.2$).

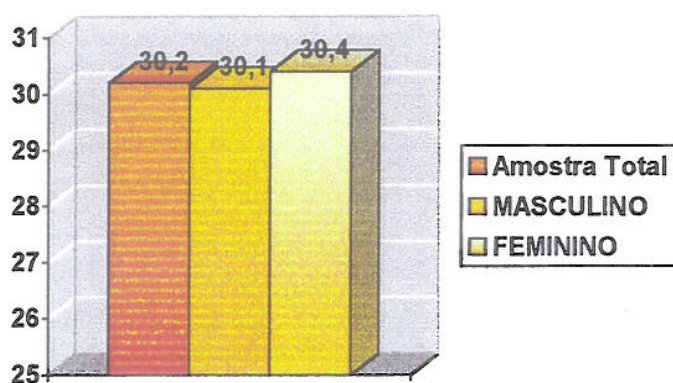


GRÁFICO VII. A Média da Violência Física por Sexo

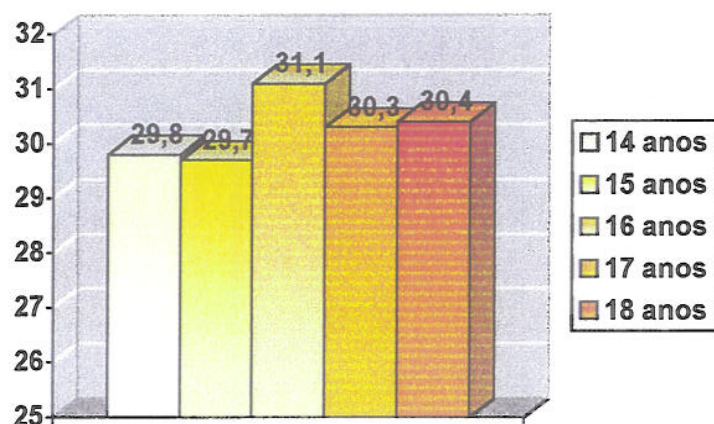


GRÁFICO VIII. A Média da Violência Física por Idade

TABELA VI. A Violência Emocional em função do Gênero e da Idade

		Média	Desvio Padrão	Nº de casos
Amostra Total		53.9	16.4	254
MASCULINO		53.2	18.3	121
FEMININO		54.6	14.5	133
IDADES	14 anos	50.5	17.6	35
	15 anos	51.1	12.8	61
	16 anos	57.0	18.1	54
	17 anos	56.8	17.8	64
	18 anos	52.6	11.5	40

Amplitude da escala (38-190)

No que concerne à violência emocional, a amostra total apresenta uma média baixa ($M= 53.9$; $DP= 16.4$). O sexo feminino apresenta um valor mais elevado de violência emocional ($M=54.6$; $DP= 14.5$) do que o sexo masculino ($M=53.2$; $DP=18.3$).

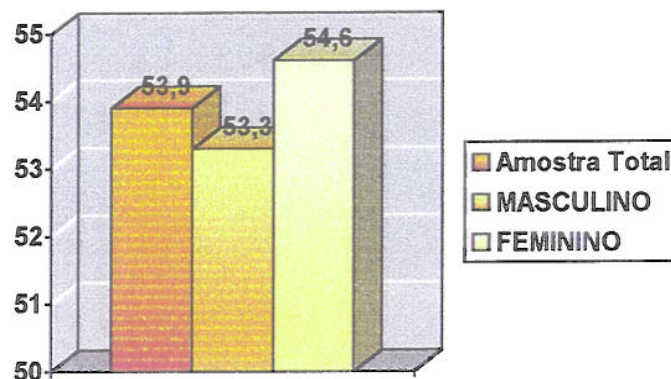


GRÁFICO IX. A Média da Violência Emocional por Sexo

Podemos também verificar que é no grupo dos 16 anos que a média se apresenta mais elevada (M= 57.0; DP= 18.1), sendo mais baixa no grupo dos 14 (M= 50.5; DP= 17.6).

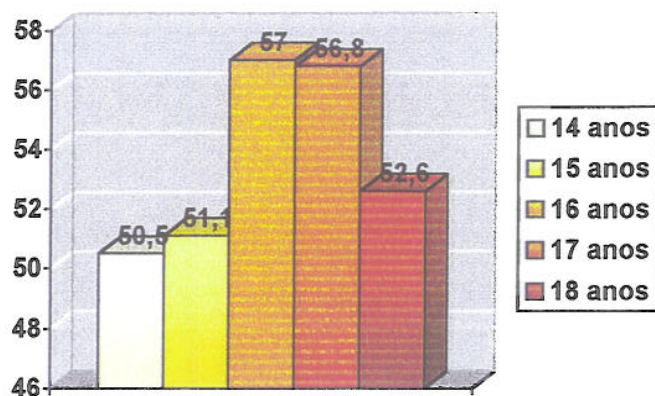


GRÁFICO X. A Média da Violência Emocional por Idade

5.2 Análise Diferencial

Tendo em conta as hipóteses formuladas, prosseguiremos com a análise diferencial das variáveis psicossociológicas, em função da idade e do género, no intuito de encontrar diferenças significativas entre os grupos.

TABELA VII. Análise de Variância em função da Idade

Idades →	14 anos		15 anos		16 anos		17 anos		18 anos		F	GL	P
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP			
Auto-conceito	69.5	7.36	67.3	6.22	67.5	7.92	68.4	6.40	69.3	5.67	1.042	4	.386
Acei/ Rejeição	19.4	2.67	18.2	2.46	18.5	3.40	18.8	2.62	19.6	2.28	2.164	4	.073
Auto-eficácia	22.3	3.17	21.4	2.74	21.5	3.71	21.3	3.09	21.8	2.88	.649	4	.628
Impul/Activi	12.6	1.59	12.3	1.45	12.6	1.94	12.6	1.86	12.6	1.43	.270	4	.897
Maturidade P	15.1	2.06	15.2	1.98	14.8	2.25	15.5	2.06	15.1	2.20	.904	4	.462
K anti-sociais	93.9	9.68	94.1	11.46	94.8	13.26	97.0	13.93	99.7	19.45	1.405	4	.233
Agressão	16.6	2.58	17.2	3.59	17.1	3.71	17.0	3.21	18.1	5.24	.927	4	.449
Infr. Normas	16.8	3.20	16.4	2.82	16.7	3.50	17.1	4.31	17.4	4.43	.621	4	.648
Roubo	17.6	2.42	17.0	1.74	17.1	2.13	17.3	1.98	18.0	3.56	1.252	4	.290
Vandalismo	18.9	2.18	19.1	3.74	19.0	3.22	19.7	3.38	20.3	5.17	1.120	4	.348
Cons. Drogas	23.8	1.66	24.3	2.99	24.7	3.01	25.7	4.40	25.7	3.71	3.037	4	.018
Suporte f. mãe	64.2	11.67	65.5	13.03	64.0	15.73	64.8	11.49	64.0	14.10	.140	4	.967
Suporte f. pai	61.8	12.05	59.5	16.02	58.6	16.77	59.6	15.16	60.5	16.13	.248	4	.910
V.emocional.m	25.0	9.63	25.2	6.03	28.7	11.25	27.9	10.44	26.5	9.96	1.543	4	.190
V.emocional.p	25.5	8.21	26.5	9.71	28.1	9.26	28.8	9.39	26.2	7.59	1.216	4	.304
V.física.m	14.9	3.26	14.7	2.27	15.9	4.16	15.4	3.27	15.8	5.09	1.162	4	.328
V.física.p	14.9	2.64	15.1	3.99	15.1	2.70	14.8	1.78	14.6	2.43	.260	4	.904

De acordo com a tabela apenas foram encontradas diferenças significativas entre os grupos de idades na variável consumo de drogas [$F(4, 253) = 3,037, P < .050$]. Tanto o auto-conceito total, como o suporte e a violência física e emocional, não revelam diferenças significativas entre os grupos.

TABELA VIII. Teste t de Student em função do Género

Sexo →	Masculino		Feminino		t	GL	P
	M	DP	M	DP			
Variáveis ↓	M	DP	M	DP	t	GL	P
Auto-conceito	67.87	6.82	68.51	6.70	.76	256	.44
Acci/ Rejeição	18.74	2.62	18.87	2.88	.375	256	.708
Auto-eficácia	21.81	3.19	21.47	3.08	.893	256	.373
Impul/Activi	12.60	1.59	12.53	1.75	.332	256	.740
Maturidade P	14.69	2.07	15.63	2.05	3.63	256	.000
K anti-sociais	99.39	16.82	92.61	9.40	4.0	256	.000
Agressão	18.47	4.41	16.05	2.46	5.51	256	.000
Infr. Normas	17.31	4.18	16.50	3.14	1.75	256	.080
Roubo	17.70	2.81	17.08	1.78	2.13	256	.035
Vandalismo	20.63	4.60	18.30	1.95	5.38	256	.000
Cons. Drogas	25.25	3.88	24.65	2.98	1.398	256	.169
Suporte f. mãe	62.93	13.30	66.04	13.01	1.89	255	.060
Suporte f. pai	59.27	14.72	60.31	16.09	.53	253	.59
V.emocional.m	26.45	10.19	27.10	9.05	.53	255	.59
V.emocional.p	26.75	8.83	27.70	9.26	.83	253	.40
V.física.m	15.10	3.16	15.54	4.00	.94	255	.34
V.física.p	14.97	2.54	14.95	3.08	.055	254	.95

Através da análise da tabela podemos observar que as diferenças significativas encontradas entre os sexos se referem essencialmente aos comportamentos anti-sociais e a algumas das suas dimensões. Assim podemos verificar a existência de diferenças altamente significativas ao nível dos comportamentos anti-sociais totais, sendo o sexo masculino a revelar valores mais elevados [$t(256) = 4.0, P < .001$].

Podemos também observar diferenças significativas a nível das variáveis agressão [t (256)= 5.51, P< .001], vandalismo [t (256)= 5.38, P< .001] e roubo [t (256)= 2.13, P< .050] sendo sempre o sexo masculino a pontuar mais alto nestas dimensões.

Por último, verificamos ainda diferenças bastante significativas no que diz respeito à variável maturidade psicológica [t (256)= 3.63, P< .001] (uma das dimensões da escala de auto-conceito), correspondendo a pontuação mais elevada ao sexo feminino.

Note-se ainda que relativamente às variáveis infracção às normas [t (256)= 1.75, P= .080] e suporte familiar da mãe [t (256)= 1.89, P=.060], embora não revelem diferenças significativas, o sexo masculino pontua ligeiramente mais alto na primeira, e o sexo feminino pontua mais alto na segunda.

5.3 Análise Correlacional

A análise correlacional, tal como já referimos, tem por objectivo comprovar a existência ou não de alguma associação significativa entre as variáveis de qualquer investigação. Assim, procedemos a uma análise correlacional, através do r de Pearson, entre os diversos tipos de comportamentos anti-sociais e todas as dimensões das escalas de auto-conceito, suporte familiar e violência familiar. Os resultados obtidos encontram-se sistematizados nas matrizes correlacionais a seguir apresentadas.

TABELA IX. Coeficientes de Correlação de Pearson para o Sexo Masculino

	SEXO MASCULINO				
	Agressão	Consu.droga	Infr. Normas	Roubo	Vandalismo
Acei/ Rejeição	.049	.182*	.141	.138	.098
Auto-eficácia	-.215*	-.132	-.162	-.154	-.233**
Impul/Activi	.016	.173	.104	.033	.006
Maturidade P	-.105	.093	-.064	-.157	-.153
V.emocional.m	.357**	.391**	.396**	.362**	.246**
V.emocional.p	.352**	.382**	.334**	.261**	.227*
V.física.m	.383**	.304**	.330**	.255**	.236**
V.física.p	.335**	.244**	.254**	.117	.168
Suporte f. mãe	-.145	-.025	-.183*	-.189*	-.124
Suporte f. pai	-.117	-.006	-.128	-.063	-.063

$P \leq .050^*$; $P \leq .010^{**}$; $P \leq .001^{***}$

Relativamente à variável agressão e para o sexo masculino, encontramos correlações significativas e positivas com a violência emocional da mãe ($r = .357$; $P < .010$), com a violência emocional do pai ($r = .352$; $P < .010$), com a violência física da mãe ($r = .383$; $P < .010$), e com a violência física do pai ($r = .335$; $P < .010$). Verificamos ainda correlações significativas, mas negativas com a auto-eficácia ($r = -.215$; $P < .050$).

A variável consumo de droga está significativamente e positivamente correlacionada com as variáveis violência emocional da mãe ($r = .391$; $P < .010$), violência emocional do pai ($r = .382$; $P < .010$), violência física da mãe ($r = .304$; $P < .010$), violência física do pai ($r = .244$; $P < .010$) e aceitação/rejeição ($r = .182$; $P < .050$).

No que se refere à variável infracção às normas encontramos igualmente correlações significativas e positivas com todas as dimensões referentes às sub-escalas da violência, nomeadamente, violência emocional da mãe ($r = .396$; $P < .010$), violência emocional do pai ($r = .334$; $P < .010$), violência física da mãe ($r = .330$; $P < .010$), e violência física do pai ($r = .254$; $P < .010$). Assinala-se ainda uma correlação significativa negativa com o suporte familiar da mãe ($r = -.183$; $P < .050$).

Para a variável roubo foram encontradas correlações significativas positivas com apenas três das dimensões relativas às sub-escalas da violência: violência emocional da mãe ($r = .362$; $P < .010$), violência emocional do pai ($r = .261$; $P < .010$), violência física da mãe ($r = .255$; $P < .010$). Tal como para a variável de infracção às normas, encontramos uma correlação significativa negativa com o suporte familiar da mãe ($r = -.189$; $P < .050$).

Por último, para a variável vandalismo foram encontradas correlações significativas positivas com três dimensões: violência emocional da mãe ($r = .246$; $P < .010$), violência emocional do pai ($r = .227$; $P < .050$), violência física da mãe ($r = .236$; $P < .010$), e negativas com a auto-eficácia ($r = -.233$; $P < .010$).

Em seguida passamos à análise das correlações para o sexo feminino.

TABELA X. Coeficientes de Correlação de Pearson para o Sexo Feminino

	SEXO FEMININO				
	Agressão	Consu.druga	Infr. normas	Roubo	Vandalismo
Acei/ Rejeição	.172*	.154	.185*	-.025	.145
Auto-eficácia	.023	-.048	.000	-.063	-.026
Impul/Activi	.072	.239**	.170*	.063	.074
Maturidade P	-.059	-.039	-.141	-.139	-.032
V.emocional.m	.337**	.265**	.293**	.335**	.278**
V.emocional.p	.330**	.475**	.415**	.282**	.309**
V.física.m	.269**	.040	.094	.232**	.155
V.física.p	.316**	.225**	.168	.115	.171*
Suporte f. mãe	-.212*	-.044	-.058	-.272**	-.205*
Suporte f. pai	-.143	-.173*	-.153	-.248**	-.148

P ≤ .050*; P ≤ .010**; P ≤ .001***

Relativamente ao sexo feminino, encontramos correlações significativas em dimensões um pouco diferentes daquelas que encontramos para o sexo masculino. Para a variável agressão assinalam-se correlações significativas positivas com a violência emocional da mãe ($r = .337$; $P < .010$), com a violência emocional do pai ($r = .330$; $P < .010$), com a violência física da mãe ($r = .269$; $P < .010$), com a violência física do pai ($r = .316$; $P < .010$) e com a aceitação/rejeição ($r = .172$; $P < .050$). Verificamos ainda correlações significativas, mas negativas com o suporte familiar da mãe ($r = -.212$; $P < .050$).

No que concerne ao consumo de droga para o sexo feminino, encontra-se significativamente e positivamente correlacionado com as variáveis violência emocional da mãe ($r = .265$; $P < .010$), violência emocional do pai ($r = .475$; $P < .010$), violência física do pai ($r = .225$; $P < .010$) e impulsividade/atividade ($r = .239$; $P < .010$). Note-se também uma correlação

negativa com o suporte familiar do pai, variável que ainda não se tinha apresentado como significativa ($r = -.173$; $P < .050$).

Para a variável infração às normas foram encontradas correlações significativas positivas com a violência emocional da mãe ($r = .293$; $P < .010$), violência emocional do pai ($r = .415$; $P < .010$) e duas dimensões do auto-conceito: aceitação/rejeição ($r = .185$; $P < .050$) e impulsividade/atividade ($r = .170$; $P < .050$).

A variável roubo encontra-se correlacionada positiva e significativamente com violência emocional da mãe ($r = .335$; $P < .010$), violência emocional do pai ($r = .282$; $P < .010$), violência física da mãe ($r = .232$; $P < .010$), verificamos ainda, correlações altamente significativas, mas negativas com o suporte familiar da mãe ($r = -.272$; $P < .010$) e suporte familiar do pai ($r = -.248$; $P < .010$).

Finalmente, no respeitante ao vandalismo no sexo feminino, encontramos mais uma vez correlações significativas positivas com a violência emocional, quer da mãe ($r = .278$; $P < .010$), quer do pai ($r = .309$; $P < .010$), bem como com a violência física por parte do pai ($r = .171$; $P < .050$). Correlações significativas negativas foram apenas assinaladas com a variável suporte familiar da mãe ($r = -.205$; $P < .050$).

5.4 Análise de Regressão

Por fim apresentamos a última análise estatística realizada para o presente estudo. Esta análise de regressão teve novamente como variável dependente as várias dimensões dos comportamentos anti-sociais, e como variáveis independentes todas as dimensões das escalas

de auto-conceito, suporte e violência familiar. Pretende-se com a mesma explicar ou prever os comportamentos anti-sociais através do auto-conceito e da violência e suporte familiar.

TABELA XI. Regressão da Variável Agressão para o Sexo Masculino

VD: AGRESSÃO		
r^2	r^2 ajustado	DP
.147	.140	4.1048

Constantes	B	DP	Beta	t	P
V.física.m	.537	.119	.383	4.526	.000

A variável agressão (variável critério ou dependente) é explicada pela variável preditiva (ou independente) violência física da mãe, com um coeficiente Beta de .383, que explica 14% da sua variância.

TABELA XII. Regressão da Variável Consumo de Droga para o Sexo Masculino

VD: CONSUMO DE DROGA		
r^2	r^2 ajustado	DP
.191	.178	3.5264

Constantes	B	DP	Beta	T	P
V.emocional.m	.151	.032	.395	4.766	.000
Acei/ Rejeição	.291	.123	.197	2.374	.019

Através do quadro podemos observar que o consumo de droga é explicado pelas variáveis preditivas violência emocional da mãe, com um coeficiente Beta de .39, e aceitação/rejeição,

com um coeficiente Beta .20, que no seu conjunto explicam apenas 18% da sua variância. A variável que apresenta um maior peso é a violência emocional da mãe.

TABELA XIII. Regressão da Variável Infracção às Normas para o Sexo Masculino

VD: INFRACÇÃO ÀS NORMAS		
r^2	r^2 ajustado	DP
.157	.150	3.8688

Constantes	B	DP	Beta	T	P
V.emocional.m	.163	.035	.396	4.707	.000

No que se refere à infracção às normas, verificamos que é explicada apenas por uma variável preditiva, a violência emocional da mãe, que apresenta um coeficiente Beta de .40 e explica 15% da variância.

TABELA XIV. Regressão da Variável Roubo para o Sexo Masculino

VD: ROUBO		
r^2	r^2 ajustado	DP
.131	.124	2.6401

Constantes	B	DP	Beta	t	P
V.emocional.m	.100	.024	.362	4.234	.000

Mais uma vez encontramos a violência emocional da mãe como preditora, neste caso relativamente à variável de critério roubo, apresentando um coeficiente Beta de .362 que explica apenas 12% da variância.

TABELA XV. Regressão da Variável Vandalismo para o Sexo Masculino

VD: VANDALISMO		
r^2	r^2 ajustado	DP
.124	.101	4.3744

Constantes	B	DP	Beta	t	P
V.emocional.m	8.754E-02	.040	.193	2.168	.032
Auto-eficácia	-.353	.135	-.245	-2.610	.010
Acci/ Rejeição	.325	.160	.185	2.029	.045

Finalmente, para a variável de critério vandalismo, relativamente ao sexo masculino, encontramos três variáveis predictoras: a violência emocional da mãe com um coeficiente Beta de .193, a auto-eficácia com um coeficiente de Beta negativo de -.245, e a aceitação/rejeição com um Beta de .185. Na sua totalidade estas variáveis explicam 10% (valor pouco significativo) da variância do vandalismo.

Em seguida passamos à análise dos mesmos resultados para o sexo feminino.

TABELA XVI. Regressão da Variável Agressão para o Sexo Feminino

VD: AGRESSÃO		
r^2	r^2 ajustado	DP
.242	.231	2.1839

Constantes	B	DP	Beta	t	P
V.física.p	.339	.074	.357	4.610	.000
V.emocional.m	8.234E-02	.022	.293	3.787	.000

No que respeita ao sexo feminino, e para a variável de critério agressão, encontramos como variáveis preditivas a violência física do pai (contrariamente ao sexo masculino onde a variável preditiva emergente foi a violência física da mãe), e a emocional da mãe. A primeira apresenta um coeficiente Beta de .36 e a segunda de .29 que na sua totalidade explicam 23% da variância da variável de critério.

TABELA XVII. Regressão da Variável Consumo de Droga para o Sexo Feminino

VD: CONSUMO DE DROGA		
r^2	r^2 ajustado	DP
.220	.214	2.6557

Constantes	B	DP	Beta	T	P
V.emocional.p	.157	.026	.469	6.047	.000

Através do quadro podemos observar que para o sexo feminino, o consumo de droga é explicado pela variável preditiva violência emocional do pai (mais uma vez em oposição ao sexo masculino onde surgiu a violência emocional da mãe), com um coeficiente Beta de .47, que explica 21% da sua variância.

TABELA XVIII. Regressão da Variável Infracção às Normas para o Sexo Feminino

VD: INFRACÇÃO ÀS NORMAS		
r^2	r^2 ajustado	DP
.243	.225	2.8040

Constantes	B	DP	Beta	T	P
V.emocional.p	.130	.029	.366	4.550	.000
V.emocional.m	6.714E-02	.029	.187	2.326	.022
Acei/ Rejeição	.179	.085	.162	2.107	.037

No que se refere à infração às normas, verificamos que é explicada por três variáveis preditivas, a violência emocional do pai, a violência emocional da mãe (também surgida para o sexo masculino) e a aceitação/rejeição. A primeira apresenta um coeficiente Beta de .37, a segunda de .19 e a terceira de .16 e no seu conjunto explicam 22% da variância da variável critério.

TABELA XIX. Regressão da Variável Roubo para o Sexo Feminino

VD: ROUBO		
r^2	r^2 ajustado	DP
.185	.172	1.6371

Constantes	B	DP	Beta	t	P
V.emocional.m	6.998E-02	.016	.345	4.320	.000
Suporte f. pai	-2.586E-02	.009	-.230	-2.879	.005

Mais uma vez, e tal como para o sexo masculino, encontramos a violência emocional da mãe como preditora, apresentando um coeficiente Beta de .345, bem como o suporte familiar do pai com um coeficiente Beta negativo de -.230, que explicam apenas 17% da variância da variável dependente roubo.

TABELA XX. Regressão da Variável Vandalismo para o Sexo Feminino

VD: VANDALISMO		
r^2	r^2 ajustado	DP
.394	.142	1.8291

Constantes	B	DP	Beta	t	P
V.emocional.p	6.157E-02	.019	.278	3.296	.001
V.emocional.m	4.692E-02	.019	.211	2.493	.014

Finalmente, para a variável de critério vandalismo, relativamente ao sexo feminino, encontramos duas variáveis predictoras: a violência emocional, tanto do pai como da mãe, com um coeficiente Beta de .28 e .21 respectivamente. Na sua totalidade estas variáveis explicam 14% (valor pouco significativo) da variância do vandalismo.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em linhas gerais, podemos afirmar que os resultados obtidos confirmam as nossas hipóteses de partida e vão ao encontro das teorias por nós focadas.

6.1 Relação Comportamentos Anti-Sociais – Violência e Suporte Familiar

No que se refere à análise da relação existente entre os comportamentos anti-sociais na adolescência e a violência e suporte familiar (primeiro objectivo do nosso estudo) observamos que a violência, mais do que o suporte familiar, emerge como uma variável importante nos comportamentos anti-sociais.

Em primeiro lugar será de assinalar o facto de que tanto a violência emocional como física experienciada pela amostra total dos adolescentes é pouco relevante, uma vez que a pontuação média é de 53.9 (para uma amplitude de 38-190) e 30.2 (para uma amplitude de 26-130), respectivamente. Relativamente ao suporte, a amostra total apresenta uma média bastante elevada ($M = 124.4$), uma vez que a amplitude da escala vai de 32 a 160.

Recorde-se que a nossa amostra é constituída por adolescentes caracterizados por padrões comportamentais “normais” e não por uma população de risco, pelo que estes resultados não

se afiguram como surpreendentes. Em consonância com estes resultados, a média da amostra total nos comportamentos anti-sociais é de 95.8 para uma amplitude de 82 a 328 pontos, revelando-se portanto bastante baixa.

No que se refere às variáveis sócio-demográficas (género e idade), não foram encontradas diferenças significativas para qualquer uma destas variáveis psicossociológicas (refutando a nossa hipótese número seis), à excepção dos comportamentos anti-sociais que se revelaram significativamente mais elevados no sexo masculino tal como já esperávamos pela revisão da literatura realizada (e.g. Borduin & Schaeffer, 1998; Gottfredson & Hirschi, 1990; Monahan, 1981), e comprovando a nossa hipótese número cinco.

Através da análise correlacional realizada entre as várias dimensões dos comportamentos anti-sociais e a violência e suporte familiar, podemos constatar que os comportamentos anti-sociais dos adolescentes de ambos os sexos, estão significativamente associados à violência tanto emocional como física por parte de ambos os progenitores. Assim, mais uma vez se confirma a hipótese de partida (número dois) e se reforçam as teorias revistas relativamente a esta temática (e.g. Seydlitz & Jenkins, 1998; Snyder & Patterson, 1987).

O suporte familiar revelou igualmente algumas correlações significativas negativas com algumas das dimensões dos comportamentos anti-sociais (e.g. agressão, consumo de droga, roubo e vandalismo para o sexo feminino, e roubo e infracção às normas para o sexo masculino), confirmando a hipótese número um. Curiosamente, para o sexo masculino, apenas a figura da mãe se apresentou como importante, ou seja, apenas o suporte familiar da mãe evidenciou correlações negativas fortes com os comportamentos anti-sociais do

adolescente do sexo masculino. Já para o sexo feminino ambas as figuras parentais se revelam importantes.

Estes resultados são posteriormente reforçados através da análise de regressão, onde apenas emergem como variáveis preditivas dos comportamentos anti-sociais (note-se que para todas as suas dimensões) adoptados pelo sexo masculino, a violência física e emocional da mãe, com valores percentuais que variam entre 10 e 17. Já para o sexo feminino, ambas as figuras parentais surgem como importantes, com predominância da violência emocional como variável preditiva, com valores explicativos substancialmente mais elevados do que no sexo masculino (entre 14% e 22%). Assim sendo, os resultados vão uma vez mais ao encontro do esperado, confirmando a hipótese número quatro.

Podemos então concluir que o comportamento anti-social do sexo masculino é menos explicado pelas variáveis suporte e violência familiar do que os comportamentos anti-sociais adoptados pelo sexo feminino.

6.2 Relação Comportamentos Anti-Sociais – Auto-Conceito

Relativamente à análise da relação entre os comportamentos anti-sociais e o auto-conceito (segundo objectivo deste estudo), salienta-se o facto de que algumas dimensões do auto-conceito revelaram estar associadas com alguns comportamentos anti-sociais confirmando o facto de que baixos níveis de auto-conceito poderão por vezes estar associados a elevados níveis de delinquência, tal como defendem variados autores (Bryan & Freed, 1982; Curtis, 1991; Kaplan & Robbins, 1983), e tal como preconiza a nossa hipótese número três.

Passemos agora a uma análise mais detalhada. Através da análise descritiva e diferencial realizada, podemos observar que a pontuação média obtida pela amostra total na escala de auto-conceito é bastante elevada (68.2), já que a amplitude varia entre 20 e 100 pontos. O sexo feminino pontua ligeiramente mais alto ($M= 68.5$) do que o masculino ($M= 67.9$), contrariamente ao esperado pela revisão da literatura realizada, no entanto esta diferença não se afigura como significativa. Recorde-se ainda que o próprio autor deste inventário advertiu para o facto do seu instrumento (ICAC) não ser sensível às diferenças de sexo (Vaz Serra, 1986).

Relativamente à idade, assistimos a um declínio do auto-conceito geral do início da adolescência para meados e novamente um acréscimo à medida que se caminha para o final da adolescência e início da fase adulta. Note-se que é nos extremos da nossa amostra que se verificam valores mais elevados de auto-conceito (14 anos = 69.5; 18 anos = 69.3), não assumindo contudo diferenças significativas ($P = .628$).

Curiosamente, relativamente ao sexo, são encontradas diferenças significativas na dimensão maturidade psicológica sendo que o sexo feminino apresenta valores mais elevados [$t(256)= 3.63, P< .001$].

Através da análise correlacional podemos constatar que algumas dimensões dos comportamentos anti-sociais estão significativamente associadas a determinadas dimensões do auto-conceito. No que se refere ao sexo feminino encontramos correlações entre a agressão e a aceitação/rejeição ($r = .172; P<.050$); infracção às normas e aceitação/rejeição ($r = .185; P<.050$); consumo de drogas e impulsividade/actividade ($r = .239; P<.010$) e infracção às normas e impulsividade/actividade ($r = .170; P<.050$).

Para o sexo masculino constatamos que a agressão se encontra negativamente correlacionada com a auto-eficácia ($r = -.215$; $P < .050$), o consumo de droga encontra-se correlacionado com a aceitação/rejeição ($r = .182$; $P < .050$) e o vandalismo encontra-se negativamente correlacionado com a auto-eficácia ($r = -.233$; $P < .010$).

Na análise de regressão apenas duas dimensões do auto-conceito emergem como preditivas de determinadas dimensões dos comportamentos anti-sociais. Assim assinalamos que a aceitação/rejeição surge como variável preditiva para o consumo de droga e para o vandalismo no sexo masculino e como preditiva das infracções às normas no sexo feminino. A auto-eficácia surge como variável explicativa do vandalismo para o sexo masculino.

Embora determinadas dimensões do auto-conceito possam explicar alguma percentagem dos comportamentos anti-sociais, os resultados obtidos não nos permitem afirmar peremptoriamente que todos os adolescentes que apresentam auto-conceitos pobres sejam necessariamente potenciais delinquentes.

CONCLUSÃO

A adopção de comportamentos anti-sociais no seio da adolescência assume-se como uma realidade preocupante da sociedade actual. Para se actuar neste domínio torna-se necessária a compreensão de certos aspectos tais como os factores determinantes destes comportamentos. Por este motivo nos propusemos a este estudo.

A partir da investigação teórica sistematizada neste domínio, observamos que a delinquência na adolescência é um fenómeno sobre o qual interagem múltiplos e complexos factores sociológicos, psicológicos e biológicos, de entre os quais elegemos a violência e o suporte familiar, assim como o auto-conceito, para a realização do estudo empírico.

Mediante a análise dos resultados deste mesmo estudo foi-nos possível corroborar alguns pressupostos teóricos assim como refutar algumas ideias, mais particularmente o facto de que, em relação ao auto-conceito, o sexo masculino não ter evidenciado valores mais elevados do que o sexo feminino.

No entanto, note-se que o instrumento utilizado não se afigurou como o mais apropriado para a avaliação do auto-conceito em interacção com a delinquência, uma vez que, por um lado não é sensível às diferenças de sexo, e por outro as dimensões avaliadas neste instrumento não revelaram ser pertinentes no estudo desta temática. Pelo que consideramos que este facto constituiu uma limitação para o nosso estudo.

Uma outra limitação subjacente prende-se com o carácter transversal do presente estudo, que não permite controlar o efeito de geração, ou seja, não permite verificar a existência de

especificidades próprias de cada geração. No entanto, a realização de um estudo longitudinal revelou-se impraticável devido às limitações temporais e inerentes à natureza de qualquer monografia.

Muito embora, tivéssemos procurado focar os principais determinantes da delinquência na adolescência, este estudo revela-se insuficiente para uma compreensão plena das interações existentes entre os mesmos. Assim, parece-nos importante a realização de posteriores estudos nos quais se analise a influência interactiva entre estes factores.

BIBLIOGRAFIA

- Akers, R.; Khron, M.; Lanza-Kaduce, L. & Radosevich, M. (1979). Social Learning and Deviant Behavior: a specific test of a general theory. *American Sociological Review*, 44, 636-655.
- Almeida, J. (1987). *Adolescência e Maternidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almeida, L. & Freire, T. (1997). *Metodologia da Investigação Psicológica*. Coimbra: Associação dos Psicólogos Portugueses (APPORT).
- Bedford, A. (1983). Aspects of Child Abuse in Britain. In N. Ebeling, & D. Hill (Ed.), *Child Abuse and Neglect. A guide with case studies for treating the child and family*, (pp. 293-310). London: John Wright. PSG Inc.
- Bee, H. (1984). *A criança em desenvolvimento*. São Paulo: Harper & Row.
- Bizarro, L. (1995). Vantagens e Limites das Intervenções Cognitivo-Comportamentais em Jovens com Comportamentos Anti-Sociais. In Actas do Congresso *Os Jovens e a Justiça*, (pp. 226-227). Lisboa: Apport.
- Borduin, C. & Schaeffer, C. (1998). Violent Offending in Adolescence: Epidemiology, Correlates, Outcomes, and Treatment. In P. Gullotta, G. Adams & R. Montemayor (Ed.), *Delinquent Violent Youth. Theory and Interventions*, (pp. 144-170). London: Sage Publications.

- Bryan, J. W. & Freed, F. W. (1982). Corporal Punishment: normative data and sociological and psychological correlates in a community college population. *Journal of Youth and Adolescence*, 11(2), 77-87.
- Bynner, J. M., O'Malley, P. M. & Bachman, J.G. (1981). Self-esteem and delinquency revisited. *Journal of Youth and Adolescence*, 10, 407-444.
- Cheung, Y. (1997). Family, School, Peer, and Media Predictors of Adolescent Deviant Behavior in Hong Kong. *Journal of Youth and Adolescence*, 26, 569-591.
- Chiam, H. (1987). Change in Self-Concept During Adolescence. *Adolescence*, 22, 69-76.
- Coohy, C. & Braun, N. (1997) Toward an Integrated Framework for Understanding Child Physical Abuse, *Child Abuse & Neglect*, 21, 1081-1094.
- Dawud-Noursi, S., Lamb, M., Sternberg, K. (1998). The Relations among Domestic Violence, Peer Relationship and Academic Performance. In M. Lewis & C. Feiring (Ed.), *Families, Risk and Competence*, (pp. 207-225) London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Dishion, T., Capaldi, D., Spracklen, K. & Li, F. (1995). Peer ecology of male adolescent drug use. *Development and Psychopathology*, 7, 803-824.
- Emery, R. (1989). Family Violence. *American Psychologist*, 44 (2), 321-328.

- Faria, L. & Fontaine, A. M. (1990). Avaliação do Conceito de Si Próprio de Adolescentes: Adaptação do SDQ I de Marsh à População Portuguesa. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 6, 97-105.
- Fonseca, A., Simões, A., Rebelo, J., Ferreira, J. & Cardoso, F. Comportamentos anti-sociais referidos pelos próprios alunos, *Psychologica*, 14, 39-57.
- Fontaine, A. M. (1991). O Conceito de Si Próprio no Ensino Secundário: Processo de Desenvolvimento Diferencial. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 7, 33-54.
- Fontaine, A. M., Campos, B. P. & Musitu, G. (1992). Percepção das Interações Familiares e Conceito de Si Próprio na Adolescência. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 8, 69-78.
- Garnefski, N. & Okma, S. (1996). Addiction-risk and aggressive/criminal behaviour in adolescence: influence of family, school and peers, *Journal of Adolescence*, 19, 503-512.
- Genoves, V. (1987). *Delincuencia Juvenil: origenes, prevencion y tratamiento*. Madrid: Ed. Alhambra.
- Giddens, A. (1997). *Sociologia*. (2ª edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gold, M. & Petronio, R. (1980). Delinquent Behavior in Adolescence. In J. Adelson (Ed.), *Handbook of Adolescent Psychology*, (pp. 495-532). New York: John Wiley & Sons.

- Gomes, V. (1995). Delinquência Juvenil, Polícia e Justiça. In Actas do Congresso *Os jovens e a justiça*, (pp.57-63). Lisboa: Apport.
- Gonçalves, R. A. (2000). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*. Coimbra: Quarteto.
- Gottfredson, M. & Hirschi, T. (1990). *A General Theory of Crime*. Stanford: Stanford University Press.
- Hawkins, J. & Fraser, M. (1985). Social networks of street drug users: A comparison of two theories. *Social Work Research and Abstracts*, 5, 3-12.
- Henggeler, S. W. (1989). *Delinquency in Adolescence*. London: Sage Publications.
- Iwaniec, D. (1995). *The Emotionally Abused and Neglect Child. Identification, Assessment and Intervention*. New York: Wiley.
- Kaplan, H. B. (1980). *Deviant Behavior in Defense of Self*. New York: Academic Press.
- Kaplan, H. B. (1982). Self-attitudes and deviant behavior: New directions for theory and research. *Youth Society*, 14, 185-211.
- Kaplan, H. B. & Robbins, C. (1983). Testing a general theory of deviant behavior in longitudinal perspective. In K. T. Van Dusen, & S. A. Mednick (Eds.), *Prospective Studies of Crime and Delinquency*. Boston: Kluwer-Nijhoff.

- Kaufman, J. (1983). Physical Abuse, Neglect, and Sexual Abuse: Dimensions and Frameworks. In N. Ebeling & D. Hill (Ed.), *Child Abuse and Neglect. A guide with case studies for treating the child and family*, (pp. 11-25). London: John Wright. PSG Inc.
- Kratcoski, P. & Kratcoski, L. (1990). *Juvenile Delinquency*. New York: Prentice-Hall.
- Lau, S. & Leung, K. (1992). Self-Concept, Delinquency, Relations with parents and School and Chinese Adolescents' Perception of Personal Control. *Personal individual Differences*, 13 (5), 615-622.
- Lombroso, C. (1901). *L' Antropologie Criminelle et ses récents progrès*. Paris: Félix Alcan Éditeur.
- López, J., Martín, A. & Redondo, L. (1991). *O Consumo de Drogas nos Adolescentes: unha aproximación as variables familiares e grupais*. Vigo: Xunta de Galicia.
- Mannheim, H. (1994). *Criminologia Comparada, Vol. I*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mannheim, H. (1995). *Criminologia Comparada, Vol. II*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Marsh, H. W. (1989). Age and Sex effects in multiple dimensions of self-concept: preadolescence to early adulthood. *Journal of Educational Psychology*, 81, 417-430.

- Martin, A. (1982). *Sistema de Valores, Personalidad y Delincuencia Juvenil*. Santiago de Compostela: Faculdade de Filosofia e Ciências da Educação.
- Mirón, L. (1990). *Familia, Grupo de iguaes y empatia: Hacia un modelo explicativo de la delincuencia juvenil*. Santiago de Compostela: Faculdade de Filosofia e Ciências da Educação.
- Monaham, J. (1981). *Predicting Violent Behavior. An Assessment of Clinical Techniques*. London: Sage Library.
- Montemayor, R. & Eisen, M. (1982). The Development of Self-conceptions from Childhood to Adolescence. In M. Rosenberg & H. B. Kaplan (Ed.), *Social Psychology of the Self-concept*. Illinois: Harlan Davidson.
- National Clearinghouse on Child Abuse and Neglect Information. Disponível em <<http://www.calib.com/nccanch/pubs/factsheets/whatis.htm>> (19/02/2000).
- Nicholas, K. B. & Bieber, S. L. (1997). Assessment of Perceived Parenting Behaviors: The Exposure to Abusive and Supportive Environments Parenting Inventory (EASE-PI). *Journal of Family Violence*, 12 (3), 275-291.
- Oosterwegel, A. & Oppenheimer, L. (1993). *The Self-System. Developmental Changes Between and Within Self-Concepts*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

- Oyserman, D. & Markus, H. (1990). Possible Selves and Delinquency. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59 (1), 112-125.
- Paperny, D. & Deisher, M. (1983). Maltreatment of Adolescents: the Relationship to a Predisposition toward Violent Behavior and Delinquency. *Adolescence*, 71, 499-506.
- Patterson, G., DeBaryshe, B., & Ramsey, E. (1989). A Developmental Perspective on Antisocial Behavior. *American Psychologist*, 44 (29), 329-335.
- Peiser, N. & Heaven, P. (1996). Family influences on self-reported delinquency among high school students. *Journal of Adolescence*, 19, 557-568.
- Piers, E. J. & Harris, D. A. (1964). Age and others correlates of self-concept in children. *Journal of Educational Psychology*, 55, 91-95.
- Rosenberg, F. R. & Simmons, R.G. (1982). Sex Differences in the Self-Concept in Adolescence. In M. Rosenberg & H. B. Kaplan (Ed.), *Social Psychology of the Self-concept* (pp. 242-250). Illinois: Harlan Davidson.
- Rosenberg, M. (1985). Self-concept and Psychological well-being in Adolescence. In R. L. Leahy (Ed.), *The development of the self* (pp. 205-246). Orlando: Academic Press.
- Rosenberg, M. (1972). *Society and the Adolescent Self-Image*. New Jersey: Princeton University Press.

- Seydlitz, R. & Jenkins, P. (1998). The Influence of Families, Friends, Schools and Community on Delinquent Behavior. In T. P. Gullotta, G. R. Adams & R. Montemayor (Ed.), *Delinquent Violent Youth. Theory and Interventions* (pp. 53-85). London: Sage Publications.
- Shavelson, R. J. & Bolus, R. (1982). Self-concept: The Interplay of Theory and Methods. *Journal of Educational Psychology*, 74 (1), 3-17.
- Shavelson, R. J., Hubrer, J. J. & Stanton, J. C. (1976). Self-concept Validation of Construct Interpretations. *Review of Educational Research*, 46, 407-441.
- Simons, R., Whitbeck, B., Conger, R. & Conger, K. (1991). Parenting Factors, Social Skills, and Value Commitments as Precursors to School Failure, Involvement with Deviant Peers, and Delinquent Behavior. *Journal of Youth and Adolescence. A Multidisciplinary Research Publication*, 20 (6), 645-663.
- Snyder, J. & Patterson, G. (1987). Family Interaction and Delinquent Behavior. In H. Quay (Ed.), *Handbook of Juvenile Delinquency* (pp. 216-240). New York: John Wiley & Sons.
- Song, I. S. & Hattie, J. (1984). Home Environment, Self-Concept, and Academic Achievement: A Causal Modeling Approach. *Journal of Educational Psychology*, 76 (6), 1269-1281.
- Sprinthal, A. & Collins, A. (1994). *Psicologia do Adolescente: uma abordagem desenvolvimentalista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Stager, S. F., Chassin, L. & Young, R. D. (1983). Determinants of self-esteem among labeled adolescents. *Social Psychology Quarter*, 46, 3-10.
- Starr, R. (1988). Physical Abuse of Children. In V. Hasselt, R. Morrison, A. Bellock & M. Hersen (Ed.), *Handbook of Family Violence* (pp. 119-141). New York: Plenum Press.
- Teixeira, J. (1995). Adolescência, Sexualidade e Afectividade. In Actas do Congresso *Os jovens e a justiça* (pp. 429-450). Lisboa: Apport.
- Vaz Serra, A. (1988). O Auto-conceito. *Análise Psicológica*, 2, 101-110.
- Vaz Serra, A. (1986). O Inventário Clínico de Auto-Conceito. *Psiquiatria Clínica*, 7 (2), 67-84.
- Wall, A. (1983). *Educação Construtiva para Adolescentes. Vol. I*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Wayne, L. & Avery, N. (1980). *Child Abuse: Prevention and Treatment through Social Group Work*. Boston: Charles River Books.
- Wilson, H. (1974). Parenting in Poverty. *British Journal of Social Work*, 3, 242-254.

ANEXOS

ANEXO 1

Instrumento Utilizado

Os questionários que se seguem destinam-se a um estudo académico sobre Delinquência na Adolescência. O que lhe pedimos é que pense um pouco sobre cada questão e responda de forma sincera e objectiva. Só deste modo os resultados terão efectivo interesse. As respostas são absolutamente confidenciais e restritas aos responsáveis pelo estudo. Por forma a que o anonimato possa ser garantido não deverá escrever o seu nome em qualquer folha deste questionário. Desde já agradecemos a sua colaboração.

Idade: _____

Sexo: mas. fem.

Escolaridade: 9º ano 10º ano 11º ano 12º ano

Profissão do Pai: _____

Profissão da Mãe: _____

INSTRUÇÕES

Todas as pessoas têm uma ideia de como são. A seguir estão expostos diversos atributos, capazes de descreverem como uma pessoa é. Leia cuidadosamente cada questão e responda verdadeira, espontânea e rapidamente a cada uma delas. Ao dar a resposta considere, sobretudo, a sua maneira de ser habitual e não o seu estado de espírito de momento. Coloque uma cruz (X) no quadrado que pensa que se lhe aplica de forma mais característica.

	Não concordo	Concordo pouco	Concordo moderadamente	Concordo muito	Concordo muitíssimo
1. Sei que sou uma pessoa simpática.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Costumo ser franco a exprimir as minhas opiniões.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Tenho por hábito desistir das minhas tarefas quando encontro dificuldades.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. No contacto com os outros costumo ser um indivíduo falador.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Não concordo	Concordo pouco	Concordo moderada- mente	Concordo muito	Concordo muitíssimo
5. Costumo ser rápido na execução das tarefas que tenho para fazer.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Considero-me tolerante para com as outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Sou capaz de assumir uma responsabilidade até ao fim, mesmo que isso me traga consequências desagradáveis.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. De modo geral tenho por hábito enfrentar e resolver os meus problemas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Sou uma pessoa usualmente bem aceite pelos outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Quando tenho uma ideia que me parece válida gosto de a pôr em prática.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Tenho por hábito ser persistente na resolução das minhas dificuldades.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Não sei porquê a maioria das pessoas embirra comigo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Quando me interrogam sobre questões importantes conto sempre a verdade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Considero-me competente naquilo que faço.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Sou uma pessoa que gosto muito de fazer o que me apetece.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. A minha maneira de ser leva-me a sentir-me na vida com um razoável bem estar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Considero-me uma pessoa agradável no contacto com os outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Quando tenho um problema que me aflige não o consigo resolver sem o auxílio dos outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Gosto sempre de me sair bem nas coisas que faço.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Encontro sempre energia para vencer as minhas dificuldades.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

INSTRUÇÕES

As frases que se seguem referem-se a condutas que podem ser mais ou menos frequentes entre os rapazes e raparigas da tua idade. Por favor, lê atentamente cada uma delas e escolhe a alternativa que corresponda ao teu caso. Assim, se nunca realizaste a conduta a que se refere a frase deves marcar com uma cruz (X) por baixo de NUNCA, se a realizaste de 1 a 5 vezes deves pôr uma cruz por baixo de POUCAS VEZES, se a realizaste entre 6 e 10 vezes põe a cruz por baixo de BASTANTES VEZES, e se a realizaste mais de 10 vezes põe a cruz por baixo de COM FREQUÊNCIA.

	Nunca	Poucas vezes	Bastantes vezes	Com frequência
	0	1 a 5	6 a 10	10 ou mais
1. Partir os vidros de casas desabitadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Dar um murro a outra pessoa durante uma briga.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Viajar indevidamente sem bilhete ou tendo pago um bilhete de valor inferior.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Consumir bebidas alcoólicas em bares antes dos 16 anos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Consumir drogas leves (haxixe, marijuana, etc.).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Pôr fogo a algo: um caixote do lixo, uma mesa, um carro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Perturbar, insultar ou empurrar uma pessoa desconhecida.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Roubar objectos do interior de um carro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Conduzir embriagado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Tomar anfetaminas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Golpear, partir ou riscar carros/motas estacionados junto aos passeios.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Atacar um inimigo ou alguém de um grupo rival, num lugar público, sem usar armas de nenhum tipo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Entrar numa casa e roubar objectos sem ter planeado antecipadamente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Forçar as portas dos táxis na estação de caminhos de ferro ou na paragem de autocarro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Ter consumido drogas duras.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Nunca	Poucas vezes	Bastantes vezes	Com frequência
	0	1 a 5	6 a 10	10 ou mais
16. Partir uma janela.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Envolver-se numa briga agredindo e sendo agredido.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Tirar objectos ou dinheiro das máquinas de guloseimas, bebidas ou cabines telefónicas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Andar com pessoas que se envolvem habitualmente em problemas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Ser capaz de localizar ou reconhecer facilmente um traficante de droga.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. Furar os pneus de um carro/mota.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. Agir violentamente contra um professor.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. Participar de um roubo que implicou o uso de força física.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. Ficar tonto ou embebedar-se por beber demasiado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. Ingerir droga sozinho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26. Provocar distúrbios em pequenas lojas comerciais tendo roubado algo ou não.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27. Ameaçar ou assustar alguém com uma arma.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28. Entrar em casa alheia sem permissão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29. Fumar tabaco antes dos 15 anos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30. Ingerir mais do que uma droga ao mesmo tempo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31. Sujar as ruas deliberadamente, atirando lixo, partindo garrafas, virando caixotes de lixo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32. Dar um murro ou um pontapé a outra pessoa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33. Tirar alguma coisa da carteira ou do armário de alguém na escola sem permissão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34. Fugir de casa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35. Ingerir droga em grupo, com os amigos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36. Provocar distúrbios num bar, discoteca, etc.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Nunca	Poucas vezes	Bastantes vezes	Com frequência
	0	1 a 5	6 a 10	10 ou mais
37. Andar em grupo armando confusão envolver-se em brigas ou provocar distúrbios.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38. Roubar objectos de grandes armazéns, supermercados, etc. estando abertos ao público.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39. Passar a noite inteira fora de casa sem permissão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40. Ser hospitalizado por ingestão de quantidades elevadas de droga.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41. Entupir as fechaduras de lugares públicos ou privados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42. Planear entrar numa casa e roubar objectos de valor concretizando o plano.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43. Aceitar presentes sabendo ou suspeitando que são roubados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
44. Ingerir ácidos, LSD.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
45. Destruir as instalações da tua escola (mesas, sanitários, carteiras).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46. Snifar cola.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47. Fazer desenhos obscenos nas paredes, portas dos sanitários, etc.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48. Andar com qualquer tipo de arma (navalha, matraca) caso seja necessário numa briga.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49. Tirar a bicicleta a um desconhecido e ficar com ela.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50. Convencer outra pessoa a fazer algo proibido pela lei.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
51. Consumir heroína, morfina ou semelhantes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
52. Rasgar os toldos das esplanadas dos bares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
53. Usar qualquer tipo de arma (navalha, matraca) numa briga.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
54. Roubar materiais a pessoas que estão a trabalhar, em horário laboral, sem esperar que esse local se encontre encerrado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
55. Receber dinheiro por fazer um trabalho ilegal.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
56. Sofrer do síndrome de abstinência, necessidade de consumir droga.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
57. Atacar ou brigar com um polícia que procura deter outro indivíduo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Nunca	Poucas vezes	Bastantes vezes	Com frequência
	0	1 a 5	6 a 10	10 ou mais
58. Tirar coisas dos bolsos de roupas penduradas nos cabides.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
59. Ser expulso da escola.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
60. Tomar medicamentos que não tenham sido receitados pelo médico.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
61. Mudar as linhas dos comboios.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62. Ter um "flash" ou desmaiar em consequência de ingerir droga.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
63. Pegar na mota/carro de um desconhecido para dar uma volta.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
64. Incitar as pessoas a provocarem um distúrbio ou um motim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
65. Furar os pneus ou subir para cima dos carros estacionados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
66. Consumir cocaína.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
67. Tirar coisas em lojas pequenas quando estão abertas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
68. Agredir alguém com a intenção de o matar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
69. Ter problemas de saúde por ingerir drogas (perda de memória, hepatite, convulsões, etc.).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
70. Partir os telefones que estão nas cabines.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
71. Perder amigos por consumir droga.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
72. Roubar objectos que são propriedade da escola.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
73. Perder o emprego ou ser expulso da escola por causa da droga.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
74. Roubar coisas que estão nas janelas das casas (pássaros, vasos, etc.).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
75. Oferecer resistência a um polícia.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
76. Pedir ajuda a alguém por causa da droga.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
77. Tomar parte de um roubo que implicou o uso de uma arma.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
78. Meter-se com pessoas mais velhas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
79. Participar em actos ilegais para conseguir droga.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
80. Roubar de esticção a bolsa de alguém.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Nunca	Poucas vezes	Bastantes vezes	Com frequência
	0	1 a 5	6 a 10	10 ou mais
81. Ser detido por posse de droga.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
82. Atacar uma pessoa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

INSTRUÇÕES

As frases que se seguem referem-se a algumas das formas de relacionamento entre pais e filhos. Do ponto de vista positivo existem várias coisas que os pais podem fazer para encorajar os filhos e demonstrar o seu afecto pelos mesmos. Para além das típicas formas de ensinar os filhos e efeitos destas técnicas, estão também algumas frases que representam o quanto os pais se podem sentir frustrados ou zangados para com os seus filhos. Por favor indica para cada uma das seguintes frases a frequência da sua ocorrência na tua relação com a tua mãe e com o teu pai. Assinala com uma cruz (X) a palavra que melhor representa a frequência com que ocorre cada comportamento.

	Nunca	Raramente	Por vezes	Muitas vezes	Com frequência
	0	1 a 5	6 a 10	10 a 20	20 ou mais
1. Alguma vez o teu pai te fez sentir vulnerável ou magoado emocionalmente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te fez sentir vulnerável ou magoado emocionalmente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Alguma vez o teu pai partiu ou esmagou objectos perto de ti quando estava zangado contigo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe partiu ou esmagou objectos perto de ti quando estava zangado contigo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Alguma vez o teu pai te deu conforto quando te sentiste magoado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te deu conforto quando te sentiste magoado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Alguma vez o teu pai te insultou ou ofendeu.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te insultou ou ofendeu.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Nunca	Rara- mente	Por vezes	Muitas vezes	Com frequência
	0	1 a 5	6 a 10	10 a 20	20 ou mais
5. Alguma vez o teu pai te atirou com objectos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te atirou com objectos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Alguma vez o teu pai te fez sentir estúpido por não teres compreendido algo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te fez sentir estúpido por não teres compreendido algo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Alguma vez o teu pai puxou o teu cabelo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe puxou o teu cabelo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. O teu pai acredita em ti.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A tua mãe acredita em ti.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. O teu pai alguma vez fez coisas que te levaram a concluir que gostava de ti.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A tua mãe alguma vez fez coisas que te levaram a concluir que gostava de ti.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Alguma vez o teu pai demonstrou afectividade através de contacto físico (um abraço por exemplo).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe demonstrou-te afectividade através de contacto físico (um abraço por exemplo).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Alguma vez o teu pai te agarrou ou empurrou com força.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te agarrou ou empurrou com força.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Alguma vez o teu pai te arranhou deliberadamente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te arranhou deliberadamente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Alguma vez o teu pai te ajudou quando estavas com problemas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te ajudou quando estavas com problemas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Alguma vez o teu pai disse que te amava.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe disse que te amava.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Alguma vez o teu pai te demonstrou que gostou de passar tempo contigo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te demonstrou que gostou de passar tempo contigo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Nunca	Rara- mente	Por vezes	Muitas vezes	Com frequência
	0	1 a 5	6 a 10	10 a 20	20 ou mais
16. Alguma vez o teu pai te tratou como se fosses a ovelha negra da família.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te tratou como se fosses a ovelha negra da família.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Alguma vez o teu pai te bateu.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te bateu.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Alguma vez o teu pai te bateu com objectos (cinto, pau).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te bateu com objectos (cinto, pau).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Alguma vez o teu pai te espancou	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te espancou.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Alguma vez o teu pai te levou a teres vontade de te vingares dele.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te levou a teres vontade de te vingares dela.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. Alguma vez o teu pai te ajudou a ultrapassar tempos difíceis.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te ajudou a ultrapassar tempos difíceis.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. Alguma vez o teu pai te tentou sufocar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te tentou sufocar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. Alguma vez o teu pai te deu pontapés.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te deu pontapés.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. Alguma vez o teu pai disse que te odiava.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe disse que te odiava.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. Alguma vez o teu pai ameaçou magoar-te.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe ameaçou magoar-te.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26. Alguma vez o teu pai disse coisas para te fazer sentir bem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe disse coisas para te fazer sentir bem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27. Alguma vez o teu pai demonstrou que podias confiar nele para contares os teus segredos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe demonstrou que podias confiar nela para contares os teus segredos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Nunca	Rara- mente	Por vezes	Muitas vezes	Com frequência
	0	1 a 5	6 a 10	10 a 20	20 ou mais
28. Alguma vez o teu pai ridicularizou, fez troça dos teus sentimentos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe ridicularizou, fez troça dos teus sentimentos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29. Alguma vez o teu pai te inferiorizou ou gozou com a tua aparência física.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te inferiorizou ou gozou com a tua aparência física.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30. Alguma vez o teu pai te ignorou por períodos extensos de tempo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te ignorou por períodos extensos de tempo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31. Alguma vez o teu pai fez afirmações como: “Desejava que nunca tivesses nascido”.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe fez afirmações como: “Desejava que nunca tivesses nascido”.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32. Alguma vez o teu pai respeitou a tua individualidade ou a tua maneira de ser.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe respeitou a tua individualidade ou a tua maneira de ser.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33. Alguma vez o teu pai respeitou os teus sentimentos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe respeitou os teus sentimentos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34. Alguma vez o teu pai te fez sentir que o que tinhas para dizer era importante.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te fez sentir que o que tinhas para dizer era importante.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35. Alguma vez o teu pai te fez sentir inútil.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te fez sentir inútil.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36. Alguma vez o teu pai fez com que te sentisses uma má pessoa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe fez com que te sentisses uma má pessoa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37. Alguma vez o teu pai respeitou as tuas decisões.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe respeitou as tuas decisões.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38. Alguma vez o teu pai se demonstrou disponível para falar contigo sobre questões delicadas (como sexo e droga).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe se demonstrou disponível para falar contigo sobre questões delicadas (como sexo e droga).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Nunca	Rara- mente	Por vezes	Muitas vezes	Com frequência
	0	1 a 5	6 a 10	10 a 20	20 ou mais
39. Alguma vez o teu pai ridicularizou ou gozou com as coisas em que tu acreditas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe ridicularizou ou gozou com as coisas em que tu acreditas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40. Alguma vez o teu pai te criticou ou humilhou em frente a outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te criticou ou humilhou em frente a outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41. Alguma vez o teu pai foi frio contigo ou rejeitou-te.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe foi fria contigo ou rejeitou-te.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42. Alguma vez o teu pai te disse ou deu-te a entender que gostava mais dos teus irmãos ou irmãs do que de ti.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te disse ou deu-te a entender que gostava mais dos teus irmãos ou irmãs do que de ti.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43. Alguma vez o teu pai ameaçou matar-te.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe ameaçou matar-te.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
44. Alguma vez o teu pai te ameaçou com uma arma (faca, pistola).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te ameaçou com uma arma (faca, pistola).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
45. Alguma vez o teu pai usou uma arma contra ti (faca, pistola).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe usou uma arma contra ti (faca, pistola).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46. Alguma vez o teu pai te fez sentir mal por teres cometido um erro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te fez sentir mal por teres cometido um erro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47. Alguma vez o teu pai demonstrou que o seu amor por ti dependia do que tu fizesses.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe demonstrou que o seu amor por ti dependia do que tu fizesses.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48. Alguma vez o teu pai te apoiou emocionalmente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguma vez a tua mãe te apoiou emocionalmente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

[Handwritten signature]

ANEXO 2

Cuestionario de Conductas Antisociales

CUESTIONARIO DE CONDUCTAS ANTISOCIALES

C.C.A.

Las frases que aparecen a continuación se refieren a conductas que pueden ser más o menos frecuentes entre los chicos/as de tu edad. Por favor, lee atentamente cada una de ellas y elige la alternativa que corresponda a tu caso. Así, si no has realizado nunca la conducta a que se refiere la frase debes marcar una "X" debajo de NUNCA, ai la has realizado de 1 a 5 veces debes poner la "X" debajo de POCAS VECES, si la has realizado entre 6 y 10 veces pon la "X" debajo de BASTANTES VECES, y si la has realizado más de 10 veces debes poner la "X" debajo de CON FRECUENCIA.

	Nunca 0	Pocas veces 1 a 5	Bastantes veces 5 a 10	Con frecuencia 10 o mas
1. Romper los cristales de casas vacias				
2. Dar una paliza a otra persona en una pelea				
3. Viajar indebidamente sin billete o habiendo pagado una tarifa inferior				
4. Beber alcohol en bares antes de los 16 años				
5. Tomar drogas blandas (chocolate, marihuana, etc.)				
6. Plantar fuego a algo: una pepelera, una mesa, un coche				
7. Molestar, insultar a empujar a una persona desconocida en la calle				
8. Robar objetos en el interior de un coche				
9. Conducir borracho				
10. Tomar anfetaminas				
11. Golpear, romper o rascar los coches/motos aparcados en la acera				
12. Atacar a un enemigo, o a alguien de una banda rival, en un lugar público sin usar armas de ningún tipo				
13. Entrar en una casa, piso, etc. y robar cosas sin haberlo planeado con antelación				
14. Abrir las puertas de los taxis en la estación del tren o de autobuses				
15. Haber probado drogas duras				
16. Romper una ventana				
17. Pelearse con otra persona con golpes mutuos				
18. Quitar objetos o dinero de máquinas de golosinas, tocadiscos, teléfonos				
19. Andar con gente que se mete habitualmente en problemas				

ANEXO 3

Alphas de Cronbach do C.C.A.

**ALPHAS DE CRONBACH DA ESCALA DE COMPORTAMENTOS ANTI-
SOCIAIS**

	Nº de Casos	Nº de itens	Alphas
Escala de comportamentos anti-sociais totais	258	82	.93
Sub-escala de infracção às normas	258	13	.69
Sub-escala de roubo	258	17	.76
Sub-escala de vandalismo	258	17	.84
Sub-escala de consumo de drogas	258	22	.71
Sub-escala de agressão	258	14	.82

ANEXO 4

Inventário Clínico de Auto-Conceito

ANEXO 5

Alphas de Cronbach do I.C.A.C.

ALPHAS DE CRONBACH DO INVENTÁRIO CLÍNICO DE AUTO-CONCEITO

	Nº de Casos	Nº de itens	Alphas
Escala de Auto-Conceito Total	258	20	.74
Sub-escala de maturidade psicológica	258	4	.48
Sub-escala de aceitação/rejeição	258	5	.64
Sub-escala de impulsividade/actividade	258	13	.69
Sub-escala de auto-eficácia	258	6	.61

ANEXO 6

Exposure to Abusive and Supportive Environments

Parenting Inventory

EXPOSURE TO ABUSIVE AND SUPPORTIVE ENVIRONMENTS

PARENTING INVENTORY (EASE- PI)

Karen B. Nicholas and Stephen Bieber

INSTRUCTIONS

The following are some of the ways parents interact with their children. On the positive side of parent-child relationships, there are many things that parents do to encourage their children and to show their affection. In addition to typical ways parents discipline or teach children and the effects these techniques have, included are ways that represent just how very frustrated and angry parents sometimes get with their children. Please rate each of the following as to how frequently each activity occurred in your relationship with your mother and with your father. Put a check mark on the line above the word that best represents how often each behavior occurred.

ABUSIVE SCALES

Emotional Abusiveness Scale

1. Your mother (father) made you feel vulnerable or likely to be hurt.
4. Insulted or Swore at you.
6. Made you feel stupid when you didn't understand something.
16. Treated you like the "black sheep" of the family
20. Made you want revenge
24. Said she (he) hated you.
25. Threatened to hurt you.
28. Ridiculed your feelings
29. Belittled or made fun of your physical appearance
30. Ignored you for extended periods of time
31. Made statements such as, "I wish you had never been born".
35. Made you feel worthless.
36. Made you feel as if you were a bad person
39. Ridiculed or made fun of your beliefs
40. Criticized or humiliated you in front of others

41. Was cold or rejecting.
42. Let you know your brothers and sisters were loved more than you were
46. Made you feel terrible when you made a mistake
47. Made you feel that her (his) love was conditional (was there only if you did, or was, what she (he) wanted).

Physical Abusiveness Scale

2. Your mother (father) broke or smashed objects near you when angry with you.
5. Threw things at you.
7. Pulled your hair
11. Pushed, grabbed, or shoved you.
12. Deliberately scratched you.
17. Hit you.
18. Hit you with objects.
19. Beat you up.
22. Choked you.
23. Kicked you.
43. Threatened to kill you.
44. Threatened you with a weapon (such as a knife or a gun).
45. Used a weapon (such as a knife or a gun) on you.

SUPPORTIVE SCALE

Love/Support Scale

3. Your mother (father) comforted you when you were hurt.
8. Believed in you.
9. Did things that let
10. Was physically affectionate.
13. Helped you when you were in trouble.
14. Told you that she (he) loved you.
15. Liked to spend time with you.
21. Helped you overcome the bad times.

- 26. Said things to make you feel good.
- 27. Was there for you to confide in.
- 32. Respected your feelings.
- 33. Made you feel that what you had to say was valuable or worthwhile.
- 34. Made you feel that what you had to say was valuable or worthwhile.
- 37. Respected your decisions.
- 38. Was able to talk to you about sensitive issues (such as sex, drugs, etc.).
- 48. Supported you emotionally.

ANEXO 7

Alphas de Cronbach do EASE-PI

**ALPHAS DE CRONBACH DO INVENTÁRIO DE VIOLÊNCIA E SUPORTE
FAMILIAR**

	Nº de Casos	Nº de itens	Alphas
Escala de Violência e Suporte Familiar Total	255	96	.90
Sub-escala de violência emocional do pai	256	19	.90
Sub-escala de violência emocional da mãe	257	19	.92
Sub-escala de violência física do pai	256	13	.75
Sub-escala de violência física da mãe	257	13	.83
Sub-escala de suporte familiar do pai	256	16	.95
Sub-escala de suporte familiar da mãe	257	16	.94